

PRESENÇA FEMININA NA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DE COIMBRA NO SÉCULO XVIII: AS MINISTRAS E AS SUAS FAMÍLIAS

**PRESENCIA FEMENINA EN LA ORDEN TERCERA DE SAN FRANCISCO
DE COIMBRA EN EL SIGLO XVIII: LAS MINISTRAS Y SUS FAMILIAS**

**PRESENCE OF WOMEN IN THE THIRD ORDER OF SAINT FRANCIS OF
COIMBRA IN THE 18TH CENTURY: WOMEN MINISTERS AND THEIR FAMILIES**

GUILHERMINA MOTA¹
Universidade de Coimbra
guimota@mail.telepac.pt

RECIBIDO/RECEIVED: 9-03-2021

ACEPTADO/ACCEPTED: 2-07-2021

RESUMO:

A caracterização social e familiar das Ministras da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, durante o século XVIII, permite estabelecer uma relação entre o exercício do cargo e as estratégias de afirmação social das elites coimbricenses. Partindo de uma lista nominativa de Ministras, e cruzando-a com fontes administrativas civis e religiosas, este estudo procura identificar, através da reconstrução das biografias individualizadas de cada uma das Ministras que exerceram o cargo entre 1701 e 1790, os elementos fundamentais que sustentam e fortalecem tais objetivos estratégicos, quer se enquadrem como manifestação de poder e influência local, quer correspondam a instrumentos de mobilidade social ascendente. Ao mesmo tempo, recorre a essas mesmas biografias para procurar reconhecer na disponibilidade para o serviço do cargo os traços devocionais e espirituais que motivam individualmente estas mulheres, e que se inscrevem num quadro de sociabilidade ao mesmo tempo religiosa e laica.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem Terceira de S. Francisco, Coimbra, século XVIII, ministras, elites sociais.

RESUMEN:

La caracterización social y familiar de las Ministras de la Orden Tercera de San Francisco de Coimbra durante el siglo XVIII permite establecer una relación entre el ejercicio del cargo y las estrategias de afirmación social de las elites coimbricenses. Partiendo de una lista nominal de

¹ <https://orcid.org/0000-0002-4021-0614>. Professora aposentada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Ministras, y cruzándola con fuentes administrativas civiles y religiosas, este estudio procura identificar, a través de la reconstrucción de las biografías individualizadas de cada una de las Ministras que ejercieron el cargo entre 1701 e 1790, los elementos fundamentales que sustentan y fortalecen tales objetivos estratégicos, tanto los que se encuadran como manifestación de poder e influencia local, como los que corresponden a instrumentos de movilidad social ascendente. Al mismo tiempo, se recurre a esas mismas biografías para procurar reconocer en la disponibilidad para el servicio del cargo los trazos devocionales y espirituales que motivan individualmente a estas mujeres, y que se inscriben en un cuadro de sociabilidad al mismo tempo religiosa e laica.

PALABRAS CLAVE: Orden Tercera de S. Francisco, Coímbra, siglo XVIII, ministras, elites sociales.

ABSTRACT:

The social and family characterization of the women ministers of the Third Order of St. Francis of Coimbra during the eighteenth century supports the establishment of a connection between the holding of the office and the strategic social affirmation of Coimbra's elites. By cross checking the list of officials with civil and religious administrative documents to reconstruct the individual biographies of the women ministers between 1701 and 1790, this study seeks to identify core elements that sustain and strengthen such strategic goals. Women ministers and their families pursued these objectives that are framed as a manifestation of local power and influence, and those that correspond to instruments of upward social mobility. Simultaneously, the study employs these same biographies to acknowledge that these women's individual willingness to engage in official duties encompassed devotional and spiritual traits that are part of a framework of sociability, both religious and secular.

KEYWORDS: Third Order of St. Francis; Coimbra; 18th Century; women ministers; social elites.

Para citar este artículo/Citation: MOTA, Guilhermina. «Presença feminina na Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra no século XVIII: As ministras e as suas famílias». *Arquivo Ibero-Americano* 81, n.ºs 292-293 (2021): 179-231. <https://doi.org/10.48030/aia.v81i292-293.222>.

1. INTRODUÇÃO

A Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra,² fundada, ou refundada,³ em 1659, é uma das muitas fraternidades franciscanas criadas no século XVII, centúria que pode ser considerada como uma nova idade de ouro para

2 Este trabalho foi elaborado a partir das listas das ministras, dos ministros, das irmãs e dos irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra publicadas por Ana Margarida Dias da SILVA, *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2013), doi: 10.34632/9789728361525. SILVA, [Índice alfabético das irmãs terceiras franciscanas da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra], <https://bit.ly/irmasVOT>. SILVA, [Índice alfabético dos irmãos terceiros franciscanos da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra], <https://bit.ly/irmaosVOT>. E baseou-se também no cruzamento de informações constantes dos registos paroquiais da cidade de Coimbra no século XVIII.

3 Embora não haja provas documentais da existência da Ordem Terceira de S. Francisco em Coimbra em tempos medievos, a sua existência é uma possibilidade, como adianta Fr. Henrique Pinto REMA, OFM, *Reflexão sobre a OFS de Coimbra*, <https://bit.ly/votCoimbra/>.

a Ordem Terceira,⁴ depois de um período de decadência que quase marcou o seu desaparecimento.

A revitalização das Ordens Terceiras, associações leigas, mas vinculadas a uma ordem religiosa, foi muito estimulada pela reforma tridentina, que preconizava um maior envolvimento de homens e de mulheres na ação da Igreja, e ficou a dever-se em grande parte ao empenho que os frades menores colocaram no incremento do culto e no aperfeiçoamento individual.⁵

Eram associações de devoção, mas também de socorro mútuo, material e espiritual, tal como outras irmandades. Distinguia-as o modo de vida que os confrades partilhavam, baseado numa regra semelhante à das ordens religiosas a que estavam ligadas, incluindo o noviciado e a profissão. Também as diferenciava um conjunto mais alargado de privilégios espirituais que a Igreja lhes outorgava, devendo-se a vitalidade das ordens terceiras em seiscentos e setecentos sem dúvida ao fervor da piedade barroca, mas também às muitas indulgências que a sua pertença garantia.

O franciscanismo permitia que os aderentes experimentassem uma espiritualidade plena, mas continuando a viver no mundo secular. Para as mulheres, este aspeto particular da Ordem Terceira era relevante porque lhes dava a possibilidade de constituírem família e, simultaneamente, de viverem com mais entrega o seu projeto de fé e de salvação.

De facto, os Terceiros estavam abertos à participação feminina, diferentemente do que acontecia com a Misericórdia, que permanecia uma instituição meramente masculina. Mas inclusão não significava igualdade. Desde logo, no ingresso. Se, em Coimbra, no século XVIII, os homens e as mulheres casadas pagavam a mesma jóia de entrada: 1.200 réis até aos 40 anos, 4.800 dos 40 aos 50, ficando nos que tinham mais de 50 ao arbítrio da mesa,⁶ no caso de mulheres viúvas ou solteiras, esses montantes passavam, respetivamente, para 2.400 e 7.200 réis, sendo igual a última cláusula.⁷

Mas, mais do que a simples aceitação feminina, a irmandade terceira franciscana criou para as mulheres um espaço próprio, com uma certa autonomia, dentro da

4 Alfredo MARTÍN GARCÍA, «Los franciscanos seglares en la Corona de Castilla durante el Antiguo Régimen», *Hispania Sacra* 57 (2005): 443.

5 Alfredo MARTÍN GARCÍA, «Espiritualidade franciscana, disciplina e caridade no Portugal da Idade Moderna: Os terceiros de Ponte de Lima», in *Ponte de Lima: Sociedade, economia e instituições*, coord. por Alexandra ESTEVES e Maria Marta Lobo de ARAÚJO (Braga: CITCEM; Município de Ponte de Lima, 2012), 237-238.

6 REMA, *Reflexão...*

7 Também em Braga havia semelhante discrepância, sendo os valores um pouco mais baixos (Juliana de Mello MORAES, «Viver em penitência: Os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)» (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, 2010), 201).

estrutura organizativa da Ordem.⁸ Em Coimbra, o cargo de ministra, assim como o de zeladora, ficaram incluídos logo nos Estatutos aprovados em 5 de fevereiro de 1660. A mesa definitorial era então composta por um ministro, um secretário, seis ou oito definidores, um síndico, um vigário do culto divino, zeladores, sacristães e um vice-visitador; entre as irmãs, por uma ministra e zeladoras.⁹ As mulheres tinham assim a faculdade de integrarem os corpos diretivos, embora sem capacidade de voto, não tomando parte nas deliberações da mesa, tal como sucedia em León,¹⁰ ou em Braga.¹¹ Nos séculos XVII e XVIII, em Coimbra, não há, nas atas das reuniões, qualquer registo das ministras e nem mesmo, nos termos da eleição em que eram escolhidas, aparecem assinaturas suas ou de alguém que por elas assinasse.¹² Cabia-lhes fundamentalmente zelar pelo bom comportamento das irmãs e pelo cumprimento dos exercícios espirituais definidos na instituição.¹³

A própria existência do lugar de ministra, pelos Estatutos da Ordem Terceira coimbrã, ficava ao critério do padre comissário e do irmão ministro.¹⁴ Seria portanto olhado mais como uma condescendência do que como um direito. Tal não obsta a que, apesar de tudo, se reconheça que este cargo, nos Terceiros franciscanos, era muito singular numa sociedade de homens e em que as mulheres não tinham voz em matérias de decisão política ou de poder.

No entanto, não se manteve com continuidade ao longo do tempo. Foi ocupado pela primeira vez em 1667, mas só o voltou a ser doze anos depois. Em 1790, verificou-se a última presença feminina em cargo de direção que vinha, aliás, sendo exercido de forma intermitente desde 1778. Terá de se esperar pelo ano de 1980 para tornar a ver uma mulher como ministra da Ordem Terceira de S. Francisco em Coimbra, então com mandato já revestido de competências executivas.

Falta saber se essa prolongada ausência se ficou a dever a desinteresse por parte das candidatas - desinteresse que parece ter havido, por exemplo, em Ponte

8 Alfredo MARTÍN GARCÍA, «El modelo de religiosidad femenina de la Tercera Orden Franciscana durante la Edad Moderna», *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Literários* 20, n.º 2 (2016): 51-52.

9 Guilhermina MOTA, «Os Ministros da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra no século XVIII: Perfil social, famílias, redes de poder», *Biblos* 1, 3.ª sér. (2015): 314.

10 Alfredo MARTÍN GARCÍA, «Un ejemplo de religiosidad barroca: La V.O.T. franciscana de la ciudad de León», *Estudios Humanísticos. Historia* 3 (2004): 167.

11 MORAES, «Viver em penitência», 85.

12 Informação facultada pessoalmente por Ana Margarida Dias da Silva, a quem muito agradeço.

13 Em Braga, as ministras tinham ainda a responsabilidade do financiamento da festa de Santa Isabel, Rainha da Hungria, pagando missa, música e sermão (MORAES, «Viver em penitência», 103).

14 MOTA, «Os Ministros», 323.

de Lima¹⁵ - ou a uma qualquer dificuldade colocada pela Ordem. A verdade é que, em novos Estatutos redigidos em Coimbra no século XVIII, os cargos femininos deixaram de constar.

De qualquer modo, este aparente desapego pelo lugar diretivo, por parte das mulheres, vai a par com a queda muitíssimo forte do número de entradas de irmãs no sodalício terceiro franciscano desta cidade: no século XVIII contaram-se mais de 2400 (2594 desde 1659), mas na centúria de oitocentos elas não foram além das 300. E a inversão de tendência começara na década de 1791-1800, com uma percentagem de 7,4 em relação ao total. Nas primeiras quatro décadas de setecentos, a média de entradas por década fora baixa (6,4%), mas tinha crescido muito nas cinco seguintes (13,4%).¹⁶

O decréscimo, contudo, também abrangia os homens, pois em 1735 havia 1.737 irmãos de ambos os sexos na fraternidade coimbrã, ao passo que em 1895 havia somente 426 (341 do sexo masculino e 85 do feminino).¹⁷

Nesta cidade, verifica-se o mesmo que tem sido constatado para outros espaços:¹⁸ embora a época maior da fundação, ou refundação, das associações terceiras seja a centúria de seiscentos, é por meados do século XVIII que elas apresentam o seu grande crescimento e vitalidade.

O desprendimento das conimbricenses em relação à sua Ordem Terceira franciscana pode inscrever-se assim numa tendência mais geral, que então se faz sentir, mas pode também ter uma razão particular. É que os últimos anos em que houve mulheres no diretório foram muito conturbados para a irmandade. Em 1778, estalou um grave e duradouro conflito com os frades do Convento de S. Francisco da Ponte,¹⁹ comunidade a que a corporação estava vinculada. O ministro de então, o fidalgo Filipe de Sampaio e Melo, que se irá manter no cargo até 1782, ano do seu falecimento, tomou o partido dos religiosos contra a sua própria fraternidade. Nesta sua atitude deve radicar o abandono do cargo de ministra durante os seus mandatos, pois nenhuma mulher terá querido, nessas circunstâncias, participar na direção. A fidalga D. Isabel de Sá Pessoa e D.

15 María José PÉREZ ALVAREZ, «Mujer, caridad y religiosidad barroca en el norte portugués: La Tercera Orden Franciscana de Ponte de Lima», in *Ponte de Lima: Sociedade, economia e instituições...*, 263.

16 Contas feitas por mim a partir das listas publicadas por Ana Margarida Dias da SILVA [*Índice alfabético das irmãs terceiras...*]. Em Ferrol, essa quebra nas tomas de hábitos também é evidente a partir de 1787 e só foi invertida em meados do século seguinte (Alfredo MARTÍN GARCÍA, «El movimiento seglar franciscano en el noroeste gallego durante el antiguo régimen: Las V.O.T. de Ferrol y A Graña», *Sémata, Ciencias Sociais y Humanidades* 15 (2003): 324).

17 Joaquim Simões BARRICO, *Notícia histórica da Veneravel Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo* (Coimbra: Typographia de J. J. Reis Leitão, 1895), 135.

18 MORAES, «Viver em penitência», 5.

19 BARRICO, *Notícia histórica...*, 29-64.

Bárbara de Carvalho e Sousa, como se verá adiante, ainda retomaram depois a representação feminina na mesa, mas o seu gesto não teve seguimento. As irmãs terceiras terão decidido evitar o seu envolvimento na penosa e arrastada contenda.

2. AS MINISTRAS EM EXERCÍCIO NO SÉCULO XVIII EM COIMBRA

O rei D. João IV abraçou a espiritualidade franciscana, ingressando como irmão na Ordem Terceira de São Francisco da Cidade, estabelecida no ano de 1615, em Lisboa.²⁰ E, com ele, o mesmo fizeram outros membros da família real, como o seu filho, o rei D. Afonso VI, que foi amortalhado no hábito de S. Francisco, cingido do cordão da mesma Ordem Seráfica.²¹

Naturalmente que a aristocracia seguiu o exemplo, aderindo de forma massiva ao mesmo ideal de devoção e de redenção pela penitência. A influência da Corte propagou-se pelo país e nada admira que se vá encontrar na Ordem Terceira franciscana de Coimbra uma adesão muito significativa por parte da fidalguia e da nobreza locais.

Ao longo do século XVIII, vão desfilando pela direção da Ordem elementos das mais prestigiadas famílias da cidade e da região, que tinham uma posição na governança da terra e assento nas diversas sedes de poder. De 1701 a 1800, entre os 38 ministros que foi possível identificar do ponto de vista social (eram 40 na totalidade), havia treze fidalgos, nove lentes da Universidade, seis cônegos do Cabido da Sé, um arcediogo, dois priores de colegiadas, quatro vereadores da Câmara e três juristas.²² Percebe-se assim a forte elitização da cúpula diretiva da fraternidade, que se ia elegendo, pois o voto não era universal entre todos os irmãos Terceiros, estando restringido aos elementos da mesa. Nada de novo se atentarmos em que, quer o Município, quer a Misericórdia, ainda mais seletivos eram e que tal propensão não se faria sentir apenas nesta cidade.²³ O governo de todas estas instituições costumava estar nas mãos de uma oligarquia coesa.

À semelhança do que acontecia com os dirigentes masculinos, também entre as 31 mulheres, individualmente caracterizadas (não o foram sete, tendo duas delas a referência de ‘dona’), que foram ministras da Ordem em setecentos, pertenciam

20 Bartolomeu RIBEIRO, *Os Terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história* (Braga: Tipografia Missões Franciscanas, 1953), 106-113.

21 Ângela Barreto XAVIER e Pedro CARDIM, *D. Afonso VI* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006), 9.

22 Para uma informação mais detalhada sobre os ministros setecentistas da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, ver MOTA, «Os Ministros», 311-343.

23 Embora, em Braga e no Porto, as respetivas ordens terceiras franciscanas elegessem ministros entre grandes negociantes e contratadores de rendas (MORAES, «Viver em penitência», 122 e 136).

catorze a famílias fidalgas²⁴ (treze por nascimento e uma por casamento²⁵) e treze a famílias que se situavam em uma nobreza cidadã (da administração camarária, de lentes da Universidade, de magistrados, de juristas, de militares). Mas, diversamente dos homens, quatro vinham de gente mais modesta, duas do oficialato e duas da mercancia e dos negócios.

A via feminina de acesso ao diretório da Ordem era assim um pouco mais larga que a dos ministros, podendo ele ser alcançado por mulheres provenientes de escalões mais baixos da sociedade - o que se compreenderá por o cargo não prever um governo efetivo -, mas que, antes de o atingirem, haviam percorrido um caminho de acrescentamento social.

É que, se, no momento da eleição para o cargo de ministra, se levavam em conta as boas qualidades morais e o irrepreensível procedimento da escolhida, exigindo-se-lhe uma vida exemplar que a convertesse num modelo de conduta para as outras irmãs, também se pretendia que fosse pessoa de elevada condição para melhor representar a instituição e se impor à admiração de todos.

Mas quem são na verdade estas mulheres e quais os seus percursos até seguirem a causa franciscana e ascenderem à direção da Ordem Terceira? Começemos por aquelas que estavam no topo da hierarquia social.

2.1. As ministras de famílias fidalgas

De família titular, inserida no círculo da primeira nobreza da Corte,²⁶ era D. Violante Maria Antónia de Portugal [1689-1730], ministra em 1726 e 1727. Nasceu em Vila Viçosa, filha de Luís de Almeida Portugal, o Manteigas, que serviu na Guerra da Restauração como capitão de cavalos, e de D. Maria Josefa de Melo Corte Real. Era neta do 1.º Conde das Galveias, Dinis de Melo e Castro, um dos

24 As referências aos elementos da nobreza provêm das obras seguintes: Albano da Silveira PINTO e Visconde de SANCHES DE BAENA, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, 2ª ed., 2 vols. (Lisboa: Empreza Editorial Francisco Arthur da Silva, 1991); Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE, dir., *Nobreza de Portugal: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*, 3 vols. (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960-1961); Felgueiras GAYO, *Nobiliário de famílias de Portugal*, 28 vols. ([Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938-1941); João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e TORRES, *Diccionario aristocratico contendo os alvarás dos foros de fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros de Mercês hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo*, vol. 1, A-E (Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1840).

25 Trata-se de Maria Isabel Bray que, quando foi ministra, ainda era solteira, seguindo assim a condição de seu pai, que se inscrevia no mundo dos negócios. Não deixará, no entanto, de ascender à fidalguia depois (ver adiante).

26 Nuno Gonçalo Freitas MONTEIRO, *O crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª ed. rev. (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003), 41.

nobres que ajudou a consolidar a dinastia de Bragança, e sobrinha do 1.º Conde de Assumar, Pedro de Almeida Portugal.²⁷

Casou-se uma primeira vez, em 1706, com João Sanches de Baena e Farinha [1680-1715], moço fidalgo da Casa Real e de quem teve três filhos, e, em 1715, em segundas núpcias, com Luís José de Almada [1673-1728], seu primo, também já viúvo, 8.º Senhor de Pombalinho, 13.º Senhor dos Lagares del-Rei, mestre-sala de D. João V,²⁸ do Conselho de Sua Majestade, diplomata e mestre-de-campo, descendente de fidalgos com fortes ligações a Coimbra na Restauração.²⁹ Deste segundo casamento, teve oito filhos, vindo uma das filhas, D. Ana Ludovina [1722-1790], a desposar, em 1748, Marco António de Azevedo Coutinho [1685-1750], Secretário de Estado de D. João V (e depois, em 1754, o 1.º Conde da Ega).

Foi ministra aos 37 e 38 anos e pouco mais tempo viveu depois. Faleceu em 10 de outubro de 1730 e foi sepultada na capela de São Fulgêncio da igreja da Graça, em Lisboa. Casando-se a primeira vez bastante jovem, com 17 anos, teve espaço para ser mãe de onze filhos, entre 1707 e 1728, tendo o primeiro aos 18 anos e o último aos 39, prole numerosa que não era incomum em mulheres da aristocracia. Sua filha D. Catarina nasceu mesmo durante a vigência do seu cargo de ministra.

D. Violante viveu alguns anos em Condeixa-a-Nova, onde nasceram muitos dos filhos. A família do marido tinha aí um palácio, o Paço dos Almadás, com brasão de armas, e capela particular na igreja matriz de Santa Cristina, a capela das Almas.³⁰ Sendo pessoa nada e criada no seio da fidalguia cortesã, terá sido, talvez, a proximidade da urbe coimbrã, enquanto esteve por Condeixa, a levar esta senhora a interessar-se pela Ordem Terceira desta cidade.

Relações estreitas com esta família, tinham outros fidalgos da terra, os Sá Pereiras, senhores dos morgados do Sobreiro e de Condeixa, detentores de grande riqueza e dos mais altos cargos civis e militares da região. Possuíam casa na cidade de Coimbra, na rua da Ilha - uma boa casa, com seu quintal murado, cisterna, pátio e

27 Em 1725, ingressou, na Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, António de Almeida Portugal [1705-1754], filho do 2.º Conde de Assumar, que era então porcionista no Real Colégio de São Paulo de Coimbra.

28 Os senhores de Pombalinho, depois Condes de Almada, detinham o ofício de mestre-sala desde 1696 (MONTEIRO, *O crepúsculo dos Grandes...*, 532).

29 Sérgio Cunha SOARES, *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*, vol. 2, *Sociologia do poder municipal* (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002), 372.

30 Augusto dos Santos CONCEIÇÃO, *Condeixa-a-Nova* (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1941), 20, 21 e 38-43. Nesta obra encontra-se uma estampa com um desenho do Paço dos Almadás, de autoria de José Ventura.

varanda em seu redor - ,³¹ mas residiam a maior parte do ano no seu solar da vila de Condeixa-a-Nova. Era este solar um dos maiores do país, com 23 janelas rasgadas na frontaria, mas dele nada resta hoje pois foi incendiado pelo exército francês em 13 de março de 1811.³² Também tinham capela na referida igreja de Santa Cristina. Esta família está desde a primeira hora presente na fraternidade franciscana de Coimbra, pois os irmãos Heitor de Sá Pereira e João de Sá Souto Maior nela ingressaram no preciso ano de 1659, ano da sua fundação.

Mulher de Manuel de Sá Pereira [1690-1764], era a fidalga D. Mariana Plácida de Meneses [1702-1738], ministra entre 1729 e 1731. Ele era o mais abastado fidalgo da cidade, mestre-de-campo do terço de infantaria auxiliar da comarca de Coimbra, vereador, provedor da Misericórdia, entre outros cargos. Também fora ministro da Ordem Terceira em 1723.

D. Mariana era natural de Ponte de Lima, filha de D. Francisco Furtado de Mendonça e Meneses [1681-1741], fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Argemil, e de sua mulher D. Mariana Luísa de Valadares do Amaral, herdeira da Casa de Oliveira de Azeméis.

Casada em setembro de 1727, foi mãe de nove filhos, entre os quais o 1.º Barão de Alverca, João António de Sá Pereira [1730-1804], que foi governador da ilha da Madeira e marechal-de-campo, o 1.º Visconde de Alverca e 2.º Conde de Anadia, José António de Sá Pereira e Meneses [1731-1813], diplomata, que foi ministro nas Províncias Unidas, e D. Joaquina Teodora de Sá e Meneses, batizada em 23 de agosto de 1729, e que se veio a casar com Miguel Pais do Amaral, 8.º Senhor da Casa de Mangualde.

Morreu D. Mariana Plácida aos 36 anos, muito provavelmente ao parto do nono filho.

Também sua filha era D. Mariana Antónia de Sá Pereira e Meneses [1728-1779], irmã terceira franciscana desde 1753, que foi ministra em 1773 e 1774. Nascida em Condeixa, batizada em 3 de outubro de 1728, casou-se em agosto de 1752 com seu primo Aires de Sá e Melo [1715-1786], fidalgo da Casa Real, natural de Anadia, da freguesia de Santiago da Moita, e morador em Coimbra, na sua quinta da Várzea. Era então viúvo de D. Sebastiana Inês de Melo Meneses Souto Maior, de quem teve quatro filhos.

Aires de Sá era bacharel em Artes e foi vereador da Câmara de Coimbra. Rumou depois a Lisboa e à Corte, onde foi ministro plenipotenciário em Nápoles, embaixador em Madrid, ministro adjunto de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios

31 Casa que era prazo fiteusim do Cabido (AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra), *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745*, fls. 436v-438v).

32 CONCEIÇÃO, *Condeixa-a-Nova*, 44 e estampa intercalada entre páginas 275 e 276.

Estrangeiros e da Guerra e depois ministro de D. Maria I. Era cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e irmão da Ordem Terceira desde 1741. Foi acionista da Companhia das Vinhas do Alto Douro, com direito a voto,³³ o que mostra também a sua ligação a Sebastião José de Carvalho e Melo que foi, aliás, padrinho do seu filho João Rodrigues de Sá e Melo, batizado em Condeixa em 8 de dezembro de 1754,³⁴ e que também foi irmão terceiro em Coimbra, admitido em 1780. O casal teve mais duas filhas.

Eram senhores de uma fortuna avultada - Aires de Sá e Melo, em 1734, quando fez habilitação para familiar do Santo Ofício, tinha dez mil cruzados de renda e tratava-se «com todo o esplendor»³⁵ - mas, como era corrente no seio da nobreza, ela não chegava para as despesas inerentes a uma vida de grandeza e ao desempenho de missões em cortes estrangeiras.³⁶ E, portanto, Aires de Sá foi recorrendo ao crédito, junto da Misericórdia³⁷ e da Universidade.³⁸ No ano de 1773, ano em que a mulher está na mesa da Ordem Terceira, devia o casal à Escola de Coimbra doze contos de réis de capital e mais três de juros atrasados, que não conseguia pagar por causa dos muitos gastos feitos em Madrid.

A história destas dívidas permite, por seu lado, lançar alguma luz sobre a gestão doméstica que o exercício de cargos longínquos impunha. D. Mariana não acompanhou o marido a Espanha, decisão que não era inédita, pois, até meados do século XVIII, também os governadores dos postos coloniais seguiam sozinhos.³⁹ Na sua ausência, arcou com a responsabilidade de tomar conta da família e de gerir os bens e rendimentos da casa, como sua procuradora e legítima administradora, tratando, nomeadamente, dos débitos do casal.

Terá deixado a cidade, partindo depois para Lisboa, uma vez que faleceu na capital em 14 de fevereiro de 1779, com 50 anos.

33 Jorge de MACEDO, *A situação económica no tempo de Pombal: Alguns aspectos* (Porto: Livraria Portuguesa, 1951), 267.

34 AUC, *Registos Paroquiais. Condeixa-a-Nova. Baptismos. Livro 1747-1802*, fl. 65. João Rodrigues de Sá e Melo, que foi o 1.º Conde de Anadia, veio a servir como conselheiro da Fazenda de D. Maria I, seguindo com a Rainha e a Corte para o Brasil, morrendo no Rio de Janeiro em 1809.

35 ANTT (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Aires*, mc. 1, doc. 11.

36 Veja-se MONTEIRO, *O crepúsculo dos Grandes...*, 369-418.

37 Luís Filipe da Cruz Quaresma ELIAS, «A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, nº 1 (2010): 267.

38 Sobre as dívidas de Aires de Sá e Melo, ver Fernando Taveira da FONSECA, *A Universidade de Coimbra (1700-1771): Estudo social e económico* (Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995), 570, 620, 623, 628.

39 Laura de Mello e SOUZA, «A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII», in *História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna*, coord. por Nuno Gonçalo MONTEIRO (Lisboa: Temas & Debates, Círculo de Leitores, 2010), 301-302.

Sem deixar de ocupar o seu lugar no poder local, esta família fidalga e muito rica está no século XVIII já em trânsito para a Corte e para a toma de mais altas funções, pois a cidade de Coimbra encontrava-se em situação cada vez mais periférica em relação ao centro do poder régio.

Igualmente da família Melo da quinta da Várzea, e portanto sua parente, era possivelmente a ministra escolhida em 1702, D. Joana de Melo. Seria a filha Joana, nascida em Coimbra, em Santa Clara, e batizada em 4 de julho de 1644, do preeminente fidalgo e vereador ao tempo da Restauração, Luís de Melo, e de sua mulher, D. Joana de Melo, herdeira do morgadio de Casal Vasco. Não é a ministra sua mãe, pois esta já tinha falecido em 1670, ano em que se realizou o casamento de Manuel de Sá Pereira (avô do homónimo atrás referido) com uma outra filha do casal, D. Luísa de Melo.

Dos referidos Melos da Várzea de Santa Clara, é seguramente D. Isabel Maria Pereira de Meneses Souto Maior [1680-1709] por aliança matrimonial com António Luís de Melo e Sousa.⁴⁰ Este fidalgo, de linhagem antiga e próxima da Casa de Povolide, foi capitão-mor da cidade e termo, e era senhor da quinta da Várzea, onde tinha capela particular, assim como de vários morgadios e prazos. Na posse da família Melo estavam há muito, por exemplo, os prazos do Cabido da Sé de Coimbra que Aires de Sá e Melo reconheceu em 1762 e pelos quais pagava de foro 15.970 réis, 50 capões, duas galinhas e dois frangos: em Santa Clara, para além da quinta da Várzea, uma outra quinta, três talhos de terra e duas almuinhas e, fora da cidade, o valioso prazo de Assafarge e um olival no Vale do Inferno.⁴¹

Era D. Isabel de alta nobreza minhota, filha de Gonçalo Afonso Pereira de Souto Maior - fidalgo da Casa Real, alcaide-mor da vila de Caminha, senhor do morgado de Barbeita (concelho de Monção) - e de D. Sebastiana de Valadares Carneiro e Amaral, natural da cidade do Porto.

Teve três filhas: D. Sebastiana Inês de Melo Meneses Souto Maior, nascida em 1702, que se vem a casar em 1735 com o citado Aires de Sá e Melo; D. Maria de Melo Meneses Souto Maior, que se matrimoniou em 1719 com Bartolomeu Ferraz de Almeida, fidalgo da Casa Real, natural de Lisboa; e D. Isabel Antónia de Melo e Sousa, que se consorciou com Francisco de Albuquerque e Castro Pereira, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Ínsua. Teve um filho, Duarte Gonçalo de Melo e Sousa, que entrou na Ordem Terceira em 1723.

40 De notar que sua irmã, D. Ana Maria Pereira de Souto Maior, nascida em 1676, se casou com Duarte de Melo e Sousa, irmão de António Luís de Melo e Sousa (Manuel de Souza da SILVA, *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho* (Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000), 2, 91), ambos ministros da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra, respetivamente em 1709 e 1713. Os dois irmãos são moços fidalgos, por alvará de D. Pedro II, de 23 de dezembro de 1687.

41 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Foros de 1762*.

D. Isabel cumpriu o dever de ministra em 1708 e faleceu no ano seguinte, em 5 de junho, somente com 28 anos, e ficou sepultada na Sé Catedral, na capela de São Miguel.

Também de ascendência fidalga era D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [1648-1716]. Nasceu em Coimbra, na freguesia da Sé, em 22 de agosto de 1648, filha de Fernão Nunes Barreto, fidalgo, morgado de Freiriz, vereador da Câmara de Coimbra e provedor da Misericórdia desta cidade, e de D. Joana de Corte Real de Sá Miranda e Resende, filha de Sebastião de Sá e Miranda e de D. Jerónima Corte Real. Foi batizada em casa por nascer muito fraca.

Contraíu casamento com D. Fradique António de Magalhães e Meneses, seu primo, aparentado com gente principal da Corte, 8.º senhor da vila de Ponte da Barca, filho de D. Afonso de Meneses, mestre-sala de D. Pedro II. Era de condição muito ilustre, bem acima da gente fidalga da cidade, com largas disponibilidades financeiras, sendo o maior prestamista da cidade na segunda metade de seiscentos.⁴²

Foram pais de D. Afonso de Magalhães e Meneses [1678-1739], fidalgo da Casa Real, 9.º senhor de Ponte da Barca, morgado de Tonce, comendador da Ordem de Cristo, deputado do Santo Ofício, 18 vezes provedor da Misericórdia de Coimbra, provedor da saúde em 1720 (que se casou, em maio de 1696, com D. Antónia Luísa de Bourbon, filha do 2.º Conde de Avintes e neta do 3.º Conde dos Arcos, falecida em março de 1751), de D. José António de Meneses [1681-?], mestre-escola da Sé de Coimbra,⁴³ provedor da Misericórdia e depois principal na Patriarcal, e de D. João Luís de Meneses, 10.º e último senhor da Barca.

D. Fradique morreu em 31 de março de 1701 e foi sepultado na Igreja de Santa Justa de Coimbra, na capela do Senhor Santo Cristo, imagem de devoção tradicional. D. Jerónima Maria faleceu em 1 de agosto de 1716, durante a sua estada no diretório da Ordem Terceira, ficando no Convento de Santo António dos Olivais, escolha de sepultura que fez em templo franciscano.

Com a preponderância social e a enorme riqueza do marido não surpreende que esta senhora tivesse então dominado a Ordem Terceira franciscana da cidade, pelo lado feminino, pois foi ministra dez vezes no século XVIII (1701, 1703, 1705, 1709-1712 e 1714-1716) e mais quatro no anterior (1691, 1697 e 1699-1700),⁴⁴ exercendo um cargo que manifestamente lhe agradou.

42 SOARES, *O município de Coimbra...*, vol. 2, *Sociologia...*, 280-281.

43 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Processos para dignidades, benefícios e cargos*, mc. 8.

44 Penso que a mesma ministra surge com vários nomes diferentes: Jerónima Corte Real, Jerónima Maria de Sá, Jerónima Maria de Sá Corte Real e Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende. D. Jerónima Corte Real, sua avó, falecera em setembro de 1676, na freguesia da Sé.

D. Lourença Josefa Pereira Botelho⁴⁵ [1666-?], ministra em 1704, 1706 e 1707, entrou na fidalguia de Coimbra pela mão de um dos seus mais lídimos representantes. Era mulher de António Leitão de Sousa, fidalgo da Casa Real, senhor de morgadio, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, que foi vereador, escrivão e provedor da Misericórdia por várias vezes.

Exerce o cargo em três mandatos (e talvez até mais, porque uma D. Lourença também o exerce em 1692 e 1696), o que indicia afeição especial pela irmandade. Afeição que se estende à família pois sua sogra, D. Maria Calado Roma, fora ministra em 1681, e o filho João Francisco Leitão de Sousa [1687-?] será ministro em 1729.

Contando-se entre os mais opulentos,⁴⁶ de antiga linhagem, integrados nas várias sedes de poder local, os Leitões de Sousa tinham casa na cidade, situada à porta da Traição, onde moravam, mas também quintas nos arrabaldes, designadamente no Cidral, em Banhos Secos e na Ribeira de Coselhas, disposição habitual em gente fidalga, que assim assegurava o estilo de vida «à lei da nobreza» a que o estatuto obrigava, mas também garantia rendimento económico.

Para manterem e ampliarem os seus patrimónios, gizavam as suas alianças matrimoniais em função dos dotes. António Leitão de Sousa desposou primeiro uma senhora de cepa fidalga, D. Maria Luísa Teles Coutinho, que lhe trouxe mais de 7 mil cruzados em dote,⁴⁷ e, depois de enviuar, voltou a procurar uma aliança igualmente rentável, mas não tão ilustre, pois D. Lourença, natural de Oliveira de Fazemão, freguesia de São João da Boa Vista, do concelho de Tábua, era uma senhora abastada, mas de nobreza menos notória. Seu avô, Manuel Botelho, que chegou a servir como capitão de Ordenanças, fora rendeiro, e, nos seus princípios, fora mesmo mercador de panos de linho com machos pela estrada. Os pais, embora considerados na região da Beira ‘gente principal’, eram de fidalguia recente, pois o pai, António Botelho, era fidalgo cavaleiro por alvará de 6 de agosto de 1666.⁴⁸ Era também cavaleiro da Ordem de Cristo e conseguira a familiatura do Santo Ofício em 1672.⁴⁹ A mãe, D. Antónia Godinho da Costa, era irmã do Licenciado Manuel da Costa Brandão, neste último ano comissário do referido Tribunal.

D. Lourença, batizada em 22 de agosto de 1666, casou-se em 5 de fevereiro de 1681 na igreja de São Pedro, da cidade de Coimbra, sendo uma das testemunhas

45 Ou D. Lourença Josefa Godinho da Costa, como consta no registo de casamento.

46 António Leitão de Sousa, apesar dessa riqueza, e como era hábito na fidalguia, não deixava de contrair as suas dívidas, como aquela que tem com o mercador Domingos Álvares em 1728 (Maria Antónia LOPES, «Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 5 (2005): 135).

47 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:92.

48 TORRES, *Diccionario aristocratico...*, 81.

49 ANTT, *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. António*, mc. 15, doc. 516.

seu tio, o Padre Frei António dos Remédios. Estava então recolhida no Mosteiro de Celas e tinha 14 anos. Teve esta senhora seis filhos e três filhas, entre 1684 e 1702, tendo o primeiro parto aos 17 anos e o último aos 36.

Na direção da Ordem, em 1728, como ministra, esteve D. Escolástica Josefa Margarida de Nápoles Castelo Branco [1688-1742], que também teve berço fidalgo. Havia dado entrada na fraternidade coimbrã em 1720.

Casou-se, muito nova, com João Saraiva Ribeiro de Figueiredo, de Mogofores, fidalgo da Casa Real. Enviuvando cedo, voltou para Coimbra e para a casa paterna. Tomada então de amores pelo Licenciado Manuel de Freitas Aranha (filho do escrivão do juízo eclesiástico Bernardo de Freitas), jurou com ele esponsais, validados pelo vigário-geral da diocese. Senhora de vontade forte, mesmo em tempos de despótico poder patriarcal, que ditava o destino das mulheres, ousou, e conseguiu, contrariar o pai que proibira este seu consórcio, descontente com a inferior condição social do noivo, que não era fidalgo. À revelia do pátrio poder, casou-se em 17 de Maio de 1709, com fiança aos banhos e por procuração, para evitar um escândalo por o dito seu pai ser homem de «terrível condição».⁵⁰ Era ele Tomás de Sequeira Castelo Branco, de uma das mais gradas famílias fidalgas de Coimbra, que tinha assento na vereação municipal e foi deputado dos Marachões, escrivão e provedor da Misericórdia. A mãe, D. Serafina Moniz Mascarenhas, natural de Tavarede, casara-se com seu pai em junho de 1687. Virão ambos a mudar-se para a vila de Aveiro, onde faleceram.⁵¹

D. Escolástica e o marido, moradores na quinta da Conchada, tiveram treze filhos, entre 1710 e 1735. A fidalga já tivera um filho, António José de Almeida Castelo Branco,⁵² do primeiro casamento, batizado em Mogofores, em abril de 1706. Esteve assim cumprindo a sua obrigação de maternidade dos 17 aos 46 anos de idade, nem mesmo interrompida em 1728, quando foi ministra, pois o filho Gastão nasceu nesse mesmo ano.

Morreu em 22 de abril de 1742, na freguesia da Sé, casada, e foi sepultada na Igreja de Santo António dos Olivais. Teve direito a 32 missas por sua alma - que eram as que a Ordem costumava rezar pelos irmãos -, por decisão da mesa de 14 de maio, embora estivesse a dever de anuais mais do que importavam as missas.

50 Guilhermina MOTA, «A Igreja, a mulher e o casamento no século XVIII», in *Mulher: Espírito e norma. Actas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, coord. Maria Alegria Fernandes MARQUES (São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009), 116-117.

51 Como consta do processo de *vita et moribus* de D. Gertrudes, batizada em 15 de dezembro de 1725, filha de D. Escolástica Castelo Branco, para admissão no Convento de Santa Maria de Semide (AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Diligências de genere, vita et moribus que se fazem a favor de Dona Gertrudes Teresa Maria de Castelo Branco*).

52 Que será fidalgo cavaleiro por alvará de 29 de agosto de 1711.

A decisão foi justificada por «constar ser pobre».⁵³ Pobreza essa em que custa a crer. Mais provável é ter havido uma especial deferência pelo seu estatuto, ou uma atenção pelo antigo serviço que prestara à irmandade como ministra.

Um dos seus filhos, Manuel Berardo de Castelo Branco de Freitas Aranha, virá a ingressar na Ordem Terceira em 1765, com 34 anos.

Da família Sá Pessoa, oriunda de Montemor-o-Velho, é a fidalga D. Isabel Maria de Sá Pessoa Figueiredo e Cunha [1734-1809], nascida em Coimbra, na freguesia de São Cristóvão, e batizada no dia 7 de maio de 1734. Era filha de Bernardo António de Sá Pessoa e Cunha [1705-1764], fidalgo da Casa Real, que foi capitão-mor de Pombeiro, vereador da Câmara de Coimbra, deputado dos Marachões do Mondego, escrivão e provedor da Misericórdia, e de D. Isabel Maria de Figueiredo Dinis [?-1734], natural de Coimbra. O avô materno foi mestre-de-campo dos auxiliares. A família tinha casa numa das mais importantes artérias da cidade, a rua das Fangas, e quintas, como a das Canas, em Santa Clara.

Era irmã de António Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha, fidalgo,⁵⁴ cônego prebendado do Cabido da Sé de Coimbra, que entrou na Ordem Terceira em 1747 e foi ministro entre 1753 e 1755, de Bento de Sá Pessoa Figueiredo e Cunha, fidalgo cavaleiro por alvará de 1737, que faleceu solteiro em março de 1749, de D. Ana Ermelinda de Sá e Cunha, freira no Mosteiro de Arouca, e do Ilustríssimo Manuel Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha, um dos fidalgos mais abonados da cidade, com três mil cruzados de renda anual em 1787 e fortuna avaliada em 60 mil cruzados cinco anos depois,⁵⁵ que morreu solteiro em 1793.

D. Isabel deu entrada na Ordem Terceira muito nova, em 1752, com 18 anos, e em simultâneo com o seu irmão Manuel. Morreu em 22 de abril de 1809, na sua quinta de São Facundo, freguesia do campo de Coimbra, donde foi trazida a sepultar na Igreja de São Cristóvão.

O seu serviço como ministra perfez ao todo doze anos: de 1755 a 1761, de 1782 a 1784 e de 1789 a 1790. Era solteira, o que ajuda a compreender a disponibilidade manifestada durante tantos anos.

53 Ana Margarida Dias da SILVA, «*Beati mortui qui in Domino moriuntur*: Atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016): 227. Também em Ponte de Lima, a mesa tinha poder para perdoar os anuais em dívida, em caso de pobreza, permitindo os sufrágios (Maria Marta Lobo de ARAÚJO, «As Ordens Terceiras do Noroeste português na Idade Moderna e os seus irmãos nos estatutos setecentistas: processos de admissão e benefícios materiais e espirituais», in *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*, coord. Maria Marta Lobo de ARAÚJO (Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2019), 288-289).

54 Fidalgo cavaleiro por alvará de 31 de maio de 1737. O seu irmão Bento também é fidalgo cavaleiro por alvará do mesmo dia.

55 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:83-84.

Foi a última mulher no cargo diretivo da Ordem no século XVIII. Em 1778, como já disse, foi interrompida a presença feminina na mesa definitorial, interrupção que se manteve durante os mandatos de Filipe de Sampaio e Melo. Este fidalgo, embora rico e influente, já não tinha boa reputação, por causa do seu continuado concubinato com uma engomadeira,⁵⁶ mas pior deve ter ficado, aos olhos da Ordem Terceira, ao colocar-se ao lado dos religiosos franciscanos no conflito que então se desencadeou. D. Isabel Sá Pessoa voltou a ocupar o cargo entre 1782 e 1784, juntamente com os ministros, o cónego João Vieira de Melo e Sampaio e o lente de Leis Francisco Montanha. Na direção seguinte, em 1785, D. Bárbara de Carvalho e Sousa dispôs-se a ocupar o cargo com o lente de Teologia e cónego doutoral Luís António Lopes Pires. No entanto, nos mandatos do advogado Bento Álvares, entre 1786 e 1788, o lugar de ministra voltou a ficar vazio. D. Isabel ainda irá acompanhar João Vieira de Melo e Sampaio mais duas vezes, em 1789 e 1790, mas não prosseguirá no seu esforço de conservação do papel de ministra.

Em 1775 ainda a Ordem se mantém pacificada e é então ministra D. Leonor Josefa Gertrudes Gama Brito, da Lamarosa (Tentúgal). Era filha de Manuel José Soares de Brito, natural da cidade de Braga, fidalgo da Casa Real e vereador, que frequentou a Universidade sem obter grau, e de D. Ana Isabel Mexia de Ávila Gama Lobo (Abreu), natural de Olivença, e moradora na dita sua quinta da Lamarosa. Era gente riquíssima, pois seu irmão, José Inocência Soares de Brito, também vereador, tem uma fortuna avaliada em 150 mil cruzados em 1792.⁵⁷

D. Leonor casou-se em 20 de novembro de 1743, na capela da quinta da Copeira, com Marçal de Macedo Velasques Sá e Oliveira [1683-1746], já de 60 anos de idade, fidalgo, natural da cidade, que foi escrivão da Misericórdia, filho de Jorge de Macedo Velasques, também fidalgo, que foi capitão-mor de Coimbra, vereador, cavaleiro da Ordem de Cristo, homem poderoso e violento, acusado mesmo de crimes de morte.⁵⁸

Entrou esta ministra para a Ordem Terceira em 1770. Seus irmãos Teotónio Henriques Soares de Brito e D. Inês Vicência da Gama também pertenciam à fraternidade. Morava então na rua de Quebra-Costas. Esta fidalga só abraçou a vida franciscana anos depois de enviuar e só então, obviamente, tomou a decisão de exercer o cargo de ministra. Como as mulheres casadas necessitavam da prévia autorização do marido para ingressarem na Ordem⁵⁹ e, maiormente, para nela aceitarem lugares de direção,

⁵⁶ Conduta que já caíra sob a alçada punitiva da Visita Pastoral de 1763 (MOTA, «Os ministros»: 319-320).

⁵⁷ SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:83-84.

⁵⁸ *Ibidem*, 349.

⁵⁹ O que, desde logo, constava na «Regra da Ordem Terceira de São Francisco» de 1289, do Papa Nicolau IV (Capítulo II). Regra atualizada depois nas «Ordenações» dadas em Madrid, pelo Vigário Geral, em 1616. Também as mulheres solteiras precisavam do consentimento paterno (REMA, *Refle-*

como se comprova, por exemplo, em Ponte de Lima,⁶⁰ a viuvez era condição para a liberdade de atuação aqui, tal como em outros sectores da vida social.

Tal como D. Mariana, ministra em 1773, também D. Leonor mostra ter governado a sua casa e o seu património. Em 1768, assistente na sua quinta da Lamasosa, reconheceu a propriedade de duas moradas de casas na Couraça de Lisboa, freguesia de São Cristóvão, que eram prazos da Câmara de Coimbra, e, em 1762, uma vinha na Copeira, prazo do Cabido da Sé, de que pagava 850 réis e dois capões.⁶¹ E em 1766 vê reconhecido o seu direito a certos bens, que haviam sido contestados, por sentença favorável que obteve do corregedor da comarca de Santarém.⁶²

Teve uma filha, D. Joaquina Maria Xavier Libânia de Macedo Velasques Oliveira e Brito [1745-?], que foi ministra em 1777, dois anos depois da mãe, com quem dera entrada na Ordem Terceira em 1770. Nasceu na quinta da Copeira, em 12 de julho de 1745. Era filha única, pois seu pai, Marçal de Macedo Velasques, morreu no ano seguinte ao do seu nascimento, e assim ficou herdeira de toda a casa de seus maiores.

Já era irmã terceira quando se casou, em 6 de maio de 1772, na capela da sua quinta, com Carlos de Cordes Brandão de Almeida e Ataíde, fidalgo da Casa Real por alvará de 18 de janeiro de 1758, natural da vila do Sardoal, onde era alcaide-mor, filho do fidalgo António Brandão de Cordes. Graduado bacharel em Cânones pela Universidade em 1769, foi admitido a ler no Desembargo do Paço no mesmo ano. Era irmão do lente de Cânones Simão de Cordes Brandão e Ataíde [1750-1809]. Estes irmãos teriam as suas origens num João Batista de Cordes, que foi tesoureiro do Fisco Real, morador em Lisboa em 1626, e que pertencia a uma família antiga da Flandres.⁶³

O casal teve dois filhos, Simão em 1773 e Marçal em 1775 (que morreu com um ano), e uma filha Francisca em 1778, todos batizados na quinta da Copeira. A partir desta última data, terão saído da cidade, pois o seu filho António Carlos de Cordes Brandão Macedo e Ataíde nasceu no Sardoal. Este filho, fidalgo cavaleiro por alvará de fevereiro de 1802, que seguirá na casa, nessa localidade manteve sempre a sua

xão...). A regra irá manter-se nas Constituições das Ordens Terceiras de 1883, do papa Leão XIII, no que toca às mulheres casadas (BARRICO, *Notícia histórica...*, 146).

60 Cf. Alexandra ESTEVES, «A composição social da Ordem Terceira de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)», in *Os Franciscanos no Mundo Português*, vol. 3, *O legado Franciscano*, coord. por Natália Marinho FERREIRA-ALVES (Porto: CEPESE, 2013), 65.

61 AHMC (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra), *Tombo da Câmara de 1768*, fl. 167. AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Foros de 1762*.

62 ANTT, *Arquivo Valle e Sousa de Meneses*, cx. 2, n.º 90.

63 António Machado de FARIA, «Famílias nobres: suas origens e suas armas», in *Armorial lusitano: Genealogia e heráldica*, dir. por Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE (Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961), 172-173.

quinta do Pouchão, embora morasse grande parte do tempo no seu palácio situado em Belém, em Lisboa, onde faleceu em 1847.

Continuava a família, no entanto, com os seus bens em Coimbra, pois em 1807 pagava 150 réis de foro pelas casas, atrás referidas, que possuíam na Couraça de Lisboa.⁶⁴ E, em 1851, ainda a quinta da Copeira lhes pertencia, nela residindo três famílias de trabalhadores a quem estava entregue a sua manutenção.⁶⁵

De salientar que o pequeno Simão, que faleceu com cinco anos, deu entrada na irmandade franciscana de Coimbra, com o nome de Simão António de Cordes, em 1774, ou seja, apenas com um ano. A idade mínima para o ingresso nas Ordens Terceiras não era uniforme, ficando ao critério da direção de cada uma, mas os menores (até mesmo recém-nascidos) podiam a elas pertencer,⁶⁶ sendo a presença prévia de familiares decisiva para a autorização da sua entrada. Estas admissões, embora permitidas, apresentavam desvantagens, quer pelas obrigações devocionais, quer pelos encargos fúnebres. De qualquer modo, pelos Estatutos Gerais aprovados em 1617, para o reino de Portugal, somente a partir dos 16 anos completos se podia professar na Ordem Terceira.⁶⁷ As entradas em idades precoces talvez se destinassem a colocar as crianças, muitas vezes de compleição débil, sob a proteção do santo seráfico.

No ano anterior, em 1776, fora ministra D. Brites Madalena Henriques de Quadros e Meneses, nascida em Tavarede no dia 28 de janeiro de 1724, que tomara o hábito na Ordem Terceira em 1750. Era filha de Pedro Lopes de Quadros e Sousa, fidalgo da Casa Real e senhor da Casa de Tavarede, de antiga estirpe, e de D. Madalena Maria Henriques de Meneses, gente que se tratava «à lei da nobreza», com muito luzimento, com suas liteiras e seges, com renda anual de seis ou sete mil cruzados em 1720.

Casou-se com António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso [1707-1777], fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo, que foi assistente do correio-mor em Coimbra, superintendente das coudelarias da comarca, capitão-mor de Eiras, vereador e provedor da Misericórdia. O marido vinha de uma família que ascendera da cidade-

64 AHMC, *Foros da Câmara*, 1807.

65 Guilhermina MOTA, «Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX», *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, nº 2 (2010): 364.

66 Paula Cristina COSTA, «Os Terceiros Carmelitas da cidade do Porto (1736-1786)» (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 1999), 228. Carla Manuela Baptista da Silva OLIVEIRA, «A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de Guimarães (1850-1910)» (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2003), 80-81. Este último trabalho reporta-se a um período mais tardio, em que as entradas de menores eram numerosas.

67 REMA, *Reflexão...* A partir de 1883, e segundo as Constituições das Ordens Terceiras promulgadas pelo papa Leão XIII, a idade mínima de entrada baixou para os 14 anos (BARRICO, *Notícia histórica...*, 146).

nia à principal fidalguia de Coimbra e que, com esta união, se aliava aos «poderosíssimos Quadros de Tavarede». ⁶⁸ Tinha sido ministro da Ordem Terceira em 1756.

O casamento foi celebrado na Capela de Santa Catarina, do lugar dos Casais, da freguesia de São Tiago da vila de Eiras, em 23 de agosto de 1735. As famílias demonstraram grande empenho neste enlace, realizado sem os banhos corridos - com certeza por a D. Brites faltarem cinco meses para atingir a idade canónica ⁶⁹ - e com uma fiança de seis mil cruzados. ⁷⁰

Esta família, para além dos bens de morgadio, como o prazo de Vilarinho e Casais de Eiras, possuía um conjunto de bens na cidade, como a casa da rua das Fangas, onde habitava, a chamada casa do «Correio» que tinha brasão de armas. ⁷¹ Ocasionalmente também vivia na sua quinta do Paço, em Eiras.

O casal teve 16 filhos entre 1737 e 1768. D. Brites começou por dar à luz com 13 anos e acabou aos 44. Apenas cinco chegaram à idade adulta: duas filhas, D. Madalena e D. Paula Zuzarte de Meneses, que foram religiosas no Mosteiro de Lorvão, o filho Francisco Zuzarte Maldonado de Quadros e Meneses [1741-1783], bacharel em Leis, que seguiu na varonia da casa e teve os mesmos cargos que seu pai tivera (e que ingressou na Ordem Terceira em 1777, quando a mãe era ministra), o filho Pedro Lopes Zuzarte de Quadros que nasceu em 1744, e o filho José Joaquim Zuzarte de Quadros [1745-1791], bacharel em Cânones (casado com sua prima D. Joana de Quadros, herdeira da Casa de Tavarede), e que faleceu de repente, enquanto jantava, em 13 de janeiro de 1791, momento em que era provedor da comarca de Coimbra. ⁷²

Fidalga pelo lado materno é a ministra que exerce o cargo entre 1717 e 1720, D. Margarida Josefa da Cunha, batizada em 11 de fevereiro de 1669, na Igreja de Santa Justa. Era filha do Doutor António Pereira da Cunha Cardote - natural da vila de Guimarães, colegial de São Pedro, lente de Leis, que foi desembargador

68 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:216.

69 A idade mínima para o casamento, no caso feminino, eram os doze anos cumpridos, mas podia suprir-se o «defeito da idade» se houvesse «prudência e disposição» conveniente para casar e obtida licença diocesana (*Constituições Synodales do Bispado de Coimbra ... anno 1591*. Título IX, «Do Sacramento do Matrimónio», Constituição VI, «Da idade, que haõ de ter, os que houverem de casar» (Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1731), 68-69).

70 Assim, não receberam as bênçãos nupciais, sendo notificados para não coabitarem até as receberem e mostrarem os banhos sem impedimento (AUC, *Registos Paroquiais. São Tiago de Eiras. Livro misto de 1639-1788*, fl. 38v).

71 Ver a descrição desta casa imponente em SOARES, *O município de Coimbra...*, vol. 1, *Geografia do poder municipal* (2001), 256.

72 Sobre esta família, ver Ana Isabel do Sacramento Sampaio RIBEIRO, «Nobrezas e governança: Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)» (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2012), 1:217-234.

dos Agravos da Casa da Suplicação,⁷³ vereador pela Universidade⁷⁴ e familiar do Santo Ofício - e de D. Mariana da Costa Cabreira de Mendonça, natural de Coimbra, filha de Luís da Costa Cabreira (ou Cabreira da Costa), fidalgo da Casa Real, senhor do morgado dos Cabreiros. Este seu avô materno era, na altura da Aclamação de D. João IV, fintador pela nobreza e exerceu os lucrativos ofícios de tesoureiro do Fisco Real e de escrivão dos Órfãos e, em 1657, já possuía fazenda superior a quatro mil cruzados.⁷⁵

Sua mãe, D. Mariana, que é com toda a probabilidade a ministra que está no cargo em 1682, usufruiu de um ambiente familiar propício a uma educação letrada. Formada no caldo cultural seiscentista, para as mulheres muito marcado por uma vigorosa matriz religiosa, nela fica patente um bom conhecimento da história sagrada e uma grande devoção mariana. Escreveu a obra *Novena para todas as festas de Nossa Senhora*, a qual, em 1752, se conservava em poder do monge beneditino Fr. Baptista da Assunção, seu neto,⁷⁶ e, portanto, manuscrita. Na época, as mulheres podiam escrever, mas as suas obras raramente chegavam aos prelos, a não ser quando as autoras pertenciam ao mundo monástico.⁷⁷

Esta casa mostra grande dedicação franciscana, pois além desta ministra e de sua mãe, também uma tia materna, D. Inês da Costa, foi irmã terceira, ingressando na Ordem em 1667.

Sem ascendentes fidalgos, mas nascida no seio de uma família enriquecida na mercancia, uma ministra logrou, pela via do casamento, integrar uma casa de distinta linhagem, fazendo a ponte entre o mundo dos negócios e a fidalguia. D. Maria Isabel Bray [1739-1793], ministra em 1767, era filha de um negociante inglês, Tomás Inácio Bray, que se convertera ao Catolicismo e se casara com uma senhora de origem modesta, D. Mariana Teresa Bray,⁷⁸ filha de um mercador da freguesia de São Bartolomeu.

73 Luís de SÃO BENTO e António SOARES, *Memorial de ministros: Catálogo alfabético dos ministros de letras*, estudo e transcrição de Nuno CAMARINHAS (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2017), 1:221.

74 Sérgio Cunha SOARES, «Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)», *Revista Portuguesa de História* 26 (1991): 76.

75 SOARES, *O município de Coimbra* ..., 1:251.

76 Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana* (Coimbra: Atlântida Editora, 1966), 3:431. Fr. Baptista da Assunção era filho natural de Luís Pereira da Cunha Cardote, irmão da ministra. Pai e filho também se destacaram como autores de diversas obras.

77 Isabel MORUJÃO, «Sinais de fogo: Entre a voz e o silêncio: Literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos», in *Mulher: Espírito e norma*..., 55.

78 Que morreu em 7 de outubro de 1778, viúva, e foi sepultada no Colégio dos Capuchos de Santo António da Pedreira.

A sua entrada na Ordem Terceira, em 1764, e a sua passagem pela direção logo três anos depois, ainda acontecem no estado de solteira, o que demonstra que tal se ficou a dever à fortuna de seu pai e não à nobreza do casamento que virá a contrair depois. Talvez, pelo contrário, tenha sido a sua estada no governo da Ordem, e a valia que o exercício do cargo acrescentava, juntamente com os cabedais paternos, a propiciar esse consórcio.

O pai, estribado já em invejável poder económico - para além dos seus negócios, era feitor em Coimbra da Real Fábrica dos Vidros Nacionais, com os mesmos privilégios de que gozavam os do contrato do tabaco⁷⁹ -, encetara o processo de ascensão social, procurando para padrinho de batismo da filha o bispo eleito da diocese de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, e, em 1751, fizera justificação de nobreza para que lhe fosse concedida licença de possuir em sua casa, na rua da Calçada, uma capela onde pudesse celebrar o santo sacrifício da missa.⁸⁰

Esse percurso de enriquecimento e busca de dignidade serão recompensados pois D. Maria Isabel virá a casar-se em junho de 1774, na sua quinta do Almegue, com D. Rodrigo Manuel Cunha Henriques Melo e Castro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Pena, da cidade de Lisboa, nascido por volta de 1743, fidalgo da Casa de Sua Majestade, que veio a ser vereador da Câmara de Coimbra, escrivão e provedor da Misericórdia⁸¹ e irmão terceiro franciscano em 1780. Era filho de João Caetano Torel da Cunha Manuel, fidalgo de Sua Majestade, desembargador e cavaleiro professor da Ordem de Cristo, e de D. Agostinha Antónia Maria de Azevedo de Melo e Castro, herdeira do morgado da Roliça. Era sobrinho de Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, bispo de Lamego.

Em 1778, D. Maria Isabel vivia na rua da Calçada - na quina com a Barbacã -,⁸² na casa de sua mãe, já viúva, com o marido, os dois filhos, as duas amas das crianças, um escudeiro, quatro criadas, dois criados e três mulheres sem ligação definida,⁸³ ou seja, 17 elementos num agregado familiar alargado, com domésticos e dependentes,

79 Por Provisão do Conselho da Fazenda, de 16 de outubro de 1744 (Aires de CAMPOS, *Índices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, 2ª parte, fasc. 2 (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869), 142-143).

80 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Documentação*, cx. VII, 4.

81 Maria Antónia LOPES, «Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910: Elites e fontes de poder», *Revista Portuguesa de História* 36, nº 2 (2002-2003): 219-220, 271.

82 Em 27 de agosto de 1768, D. Mariana Teresa Bray, viúva, reconhece, no Tombo da Câmara de Coimbra, um prazo, com o foro de 70 réis, de umas casas que possui na rua da Calçada, tendo de comprido, desde a Calçada à Barbacã, 21 varas e de largo nove varas (AHMC, *Tombo da Câmara de 1768*).

83 MOTA, «Famílias em Coimbra», 379. Neste texto indicam-se 15 elementos, porque sendo a fonte documental um Rol de Confessados e Comungados, nele não constam as duas crianças menores de sete anos, idade mínima de confissão.

o que evidencia o seu elevado estatuto social. Que gozava de inegável consideração na cidade fica provado no facto de ter sido madrinha de dezenas de crianças. Morreu em 21 de setembro de 1793, na freguesia de São Bartolomeu.

Também em trajeto para a fidalguia se encontrava a família da ministra D. Margarida de Albuquerque da Cunha Mouzinho e Melo [1688-1764]. Esta senhora ingressou na Ordem Terceira franciscana em 1731, mas terá de aguardar bastante para chegar ao cargo feminino máximo, pois só foi escolhida para ministra no ano de 1752, já com 64 de idade. Teve uma filha, D. Mariana Pacheco de Melo Albuquerque e Cunha, que também será irmã em 1766.

Nasceu na vila de Coja, filha de João de Matos de Gouveia Tavares [?-1729], morgado, capitão de auxiliares e depois sargento-mor de Coja, e de D. Maria Mouzinho de Albuquerque e Melo [1645-1720], de Arganil, filha do Licenciado João Mouzinho de Melo. Foi herdeira única de seus pais.

Casou-se em Coja, em agosto de 1701, com 12 anos, com João Pacheco Fabião [1682-1736], cavaleiro da Ordem de Cristo, vereador da Câmara de Coimbra, que foi escrivão da Misericórdia, filho de João Pacheco Fabião [1641-1685], ministro régio, que foi juiz de fora de Estremoz e de Évora, e provedor de Viseu, e de D. Maria Teresa da Costa, que levava para o casal, em dinheiro, mais de 10 mil cruzados de dote. Esta senhora era natural de Coimbra e filha de António Antunes de Paiva, sirigueiro e mercador da governança, e de Maria da Costa, irmã do rico e influente prior da freguesia de Santiago, Doutor Bento Antunes da Costa, que fora ministro da Ordem Terceira em 1701.⁸⁴

D. Margarida de Albuquerque morreu viúva, no dia 2 de outubro de 1764 e foi sepultada no Colégio de Santo António da Estrela, onde seu marido o fora também em dezembro de 1736. Moravam ao Arco de Almedina.

Não gozava esta senhora de foro fidalgo, mas seu filho Manuel Pacheco Fabião de Albuquerque e Melo, nascido em agosto de 1714, que se graduou em Cânones, virá a ser fidalgo da Casa Real. Foi vereador, capitão-mor de Coimbra e superintendente dos Linhos Cânhamos da mesma comarca, com uma renda de três mil cruzados em 1764. Casou-se com a filha de um escrivão da mesa grande da Alfândega do Porto, senhor de grossa renda e de quintas no Douro.⁸⁵ De fidalguia recente, tornou-se um dos homens ricos e poderosos da cidade. Era irmão terceiro desde 1747 e sua filha Custódia Inácia Pacheco Pinto seguiu-lhe os passos em 1758.

⁸⁴ MOTA, «Os Ministros», 332.

⁸⁵ Sobre os Pachecos Fabião, ver SOARES, *O município de Coimbra*, 1:294, 2:88 e 214; e também SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 2:971.

2.2. As ministras casadas com lentes da Universidade

As ministras até agora apresentadas situam-se na fidalguia. Muitas outras não têm estatuto tão elevado, mas integram-se numa nobreza cidadã por os seus familiares, pais ou maridos, a ela ascenderem ou pela via militar, exercendo cargos nas Ordenanças, pela via letrada, por terem desenvolvido carreiras universitárias, ou pela sua atuação no poder judicial, na administração central ou local.

Ligações à Universidade tem a ministra eleita em 1742, D. Angélica Maria da Conceição e Sousa [?-1760], irmã terceira desde 1723. Natural da cidade, da freguesia de São João de Almedina,⁸⁶ era filha de Manuel de Sousa e de Isabel Maria. Não se apurou a profissão do pai, mas o irmão de D. Angélica, João de Sousa, é intitulado de doutor quando é padrinho de uma criança em 1719.

Casou-se em setembro de 1731, já órfã de pai, na freguesia de São Cristóvão, em casa, com o Doutor Manuel de Carvalho, natural da freguesia de São Bartolomeu, familiar do Santo Ofício, lente da Faculdade de Medicina, médico extraordinário do Hospital Real, designado em 1725, e vereador pela Universidade, com mandato em 1723. Nomeado condutário em 1727, passou a receber 90 mil réis de ordenado dez anos depois e 120 mil em 1742. Jubilou-se em janeiro de 1756, com o ordenado por inteiro.⁸⁷

D. Angélica morreu em 27 de dezembro de 1760, casada, e o viúvo em 22 de maio do ano seguinte, com «sentimentos de verdadeiro católico», como frisa o pároco, ficando ambos sepultados na igreja do Colégio de Santo António da Estrela.

Este casal vendeu, em 24 de abril de 1751, uma morada de casas que constava de dois sobrados e duas lojas, na rua da Ilha - prazo da capela de São Francisco Xavier, do Colégio da Companhia de Jesus, com o foro de quatro mil réis -, aos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, por 125 mil réis, a fim de os religiosos erigirem um colégio na cidade, com evocação de Santa Rita de Cássia, conjuntando-as com umas casas do bacharel Sebastião Moreira de Sousa e de sua mulher.⁸⁸ Trata-se do amplo edifício conhecido como Palácio dos Grilos, situado na encosta poente, perto do Paço das Escolas⁸⁹.

⁸⁶ Foi batizada na igreja do Salvador, por estar impedida a igreja de São João de Almedina. Terá nascido antes de 1702, data dos primeiros registos de batismos que se conservam daquela freguesia.

⁸⁷ FONSECA, *A Universidade de Coimbra*..., 487 e 510.

⁸⁸ AUC, *Instrumento de aforamento de 6.5.1751*, mc. 12.

⁸⁹ Sobre este colégio, ver António de VASCONCELOS, *Escritos vários* (Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, [D. I. 1987]) 1:281-286 e Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal*, vol. 2, *Cidade de Coimbra* (Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947), 127-128.

A única filha do casal, D. Bárbara Maria Antónia Xavier de Carvalho e Sousa [1732-1797], batizada em 13 de dezembro de 1732, na freguesia da Sé, será ministra entre 1762 e 1764 e em 1785.

Em 6 de março de 1760, matrimoniou-se na igreja do Seminário de Jesus Maria José, com o Doutor Francisco Lopes Teixeira [1714-1790], natural da mesma freguesia, lente de Medicina, da cadeira de Avicena, tal como fora seu sogro. Este lente, filho de um escrivão da correição, foi vereador pela Universidade, irmão e médico da Misericórdia, médico do Santo Ofício, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e ministro da Ordem Terceira franciscana em 1773.

O casamento foi antecedido de uma escritura de dote,⁹⁰ lavrada em 5 de dezembro de 1759, em que a noiva foi dotada, por seus pais, com duas casas na rua de São Cristóvão, 400 mil réis em dinheiro que estava a juros e uma tença de 60 mil réis, e, por seu tio, o Reverendo Doutor João de Sousa de Araújo, prior da igreja da vila de Aguada de Cima, em 600 mil réis em dinheiro, uma tença de 20 mil réis e mais uma morada de casas. Ficava, no entanto, com a obrigação de manter uma tia na sua companhia e, no caso de se separar dela, a dar-lhe 30 mil réis por ano e uma casa para viver que seria a que tinham na rua do Forno, freguesia de São Pedro. Mãe e filha assinaram a escritura por sua mão. O noivo trouxe para o casal a casa em que vivia na rua do Sargento-mor, mais duas moradas de casas no beco que dá para o cais, uma morada de casas na rua da Calçada por detrás de São Bartolomeu, uma quinta no Almegue, à beira do Mondego, e um olival no sítio da Machada, em Santa Clara.

Em 1783, o casal obteve licença para erigir uma capela junto à casa que possuía na sua quinta do Almegue, o que revela as suas aspirações ao estatuto da nobreza. Morreu esta ministra em 15 de junho de 1797 e foi sepultada na igreja do Colégio da Estrela, onde já se encontrava o marido, falecido sete anos antes.

Tiveram três filhos, todos nascidos na freguesia de São Cristóvão: D. Maria em 1765, D. Ana em 1766 e Custódio em 1771. Este último, o bacharel Custódio Manuel Teixeira de Carvalho, será vereador e tesoureiro da Junta da Fazenda da Universidade. Homem muito abonado (em 1804 teria mais de sete mil cruzados), mantinha a quinta do Almegue e as casas em Coimbra e tinha várias casas, terras de cultivo, vinhas, oliveiras, pinhais, serrados e foros em diversas localidades da região.⁹¹ Virá a casar-se em maio de 1815 com uma filha do mercador Miguel Ferreira da Maia, que foi síndico dos religiosos de S. Francisco.

Se D. Bárbara já nasceu em ambiente universitário, o mesmo não aconteceu com a ministra de 1765, D. Antónia Joaquina Rosa Sousa e Brito [1724-1792], protago-

⁹⁰ Escritura de dote de 5 de dezembro de 1759 (AUC, *Livros notariais. Coimbra. Tabelião António Lopes da Cruz Freire, 21 de Março de 1759 a 2 de Março de 1760*, fls. 83v-85).

⁹¹ RIBEIRO, «Nobrezas e governança», 1:260, 340-345.

nista de uma efetiva ascensão social, pois irá entrar no reduzido círculo dos lentes, mas tinha a sua origem em meio mestreiral. Se bem que, na centúria de setecentos, já se não considerem os ourives, como era seu pai, como mecânicos, mas sim como elementos de um «estado do meio» que gozavam de uma quase nobreza para certas isenções, desde que «andassem a cavalo e se tratassem bem».⁹²

Batizada como Antónia Maria, em junho de 1724, na freguesia de Santiago, era filha de Bernardo das Neves, ourives da prata, e de Comba Rosa Xavier, natural da cidade, também filha de ourives. O pai, vindo da aldeia de Grada, da freguesia de Vila Nova de Monçarros, instalara-se na cidade, onde adquirira carta de examinação de ofício em 1719,⁹³ se casara em 1721 e chegara a ser privilegiado da Bula da Cruzada.⁹⁴ Em 1745, habitava com a família na rua de Coruche, rua onde se concentravam os mestres da arte, numa morada de casas que tinham de herança da mulher, prazo pertencente ao Cabido, de que pagavam 400 réis, quatro capões e uma galinha.⁹⁵

D. Antónia ingressou na Ordem Terceira em 1747, ainda pela mão de seu pai (que faleceu em 1753), juntamente com seu irmão José Cláudio de Sousa Coutinho, mas atingiu o honroso lugar na mesa definitorial já sob a influência do marido. De facto, casou-se em maio de 1757, na freguesia de Santiago, com o Doutor António de Carvalho e Brito [1717-1770], natural da cidade, da freguesia de São Pedro, e morador na de Almedina, lente de Medicina, familiar do Santo Ofício desde junho de 1756, e que pertencia à Ordem Terceira desde 1740. Era filho de um barbeiro sangrador.

Mas se a atividade profissional do noivo dava prestígio ao casal, o substancial dote da noiva trouxe desaforo económico.⁹⁶ Na verdade, a mãe, Comba Xavier, fez-lhe a doação da sua terça e nela desde logo a dotou com cinco mil cruzados - em dinheiro, peças de diamantes, duas moradas de casas na rua de Coruche e dois chãos em Ribeira de Coselhas. Na terça ficavam reservados, contudo, 36 mil réis para pagar tenças a três das suas irmãs que eram religiosas no Mosteiro de Santa Clara.⁹⁷ A opção pela clausura destas filhas é um traço que sublinha uma estratégia de con-

92 Cf. Raphael BLUTEAU, *Vocabulario portuguez & latino* (Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713), 3:302.

93 Joaquim Martins Teixeira de CARVALHO, *Ourives de Coimbra* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922), 196.

94 AHMC, *Juradias. 1739-1791*, fls. 38v-61.

95 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745*.

96 Por estes anos, solicitou o lente junto da Universidade que lhe reduzisse o foro de 25 mil réis anuais que pagava das casas em que vivia, que ele já achara excessivo quando celebrara o contrato de empenhamento em 1756 (FONSECA, *A Universidade de Coimbra...*, 332).

97 Escritura de doação e dote lavrada em 25 de abril de 1757 (AUC, *Livros notariais. Coimbra. Tabelião António Lopes da Cruz Freire, 29 de Novembro de 1756 a 4 de Fevereiro de 1758*, fls. 57v-59). Quer a mãe, quer a filha, assinaram a escritura por sua mão.

centração de patrimónios, levada a cabo por seus pais, que assim adotam uma prática própria de estratos sociais mais elevados.

D. Antónia Joaquina enviuvou aos 46 anos e faleceu em novembro de 1792, ficando sepultada no Colégio de São Bento, onde o fora seu marido 22 anos antes.

O casal teve um filho, Luís Gonzaga de Carvalho e Brito, nascido em 1764, que ingressou na Ordem Terceira em 1767, ou seja, apenas com três anos de idade. Veio a doutorar-se e a ser opositor em Cânones, foi juiz de fora do Crime e juiz dos Órfãos em Coimbra, juiz do Tombo da Casa das Rainhas e da Casa de Aveiro, desembargador da Relação do Porto. Promovido a desembargador da Casa da Suplicação, não chegou a tomar posse por morrer entretanto.

Em 1801, ainda solteiro - veio a casar-se depois com D. Antónia Henriqueta de Almeida e Melo -, morava com sua irmã D. Maria Isabel, uma tia, uma afilhada, três criadas e um criado,⁹⁸ composição doméstica que faz pressupor que desfrutava de um nível de vida bem confortável. No entanto, ele e a irmã solicitaram um subsídio à Universidade, «por se acharem sem haveres», reivindicando a paga do serviço que seu pai prestara à instituição entre 1740 e 1770.⁹⁹

Também ligada à Universidade estava D. Ana Maria Joaquina (ou Ana Maria de São Joaquim) [1719-1775], ministra em 1753, que vestira a roupagem franciscana dos Terceiros conimbricenses em 1743. Seu pai, António Fernandes de Carvalho, então morador na vila de Santa Maria de Tondela, era mercador, bem reputado, «tratando-se limpamente em seu cavalo em que anda, tudo do manejo da sua loja» e teria para cima de cinco mil cruzados, como se afirma, em 1732, na habilitação para familiar do Santo Ofício.¹⁰⁰ Sua mãe, Teresa de Almeida, já falecida, era natural de Coimbra e filha de um roupavelheiro. Os avós paternos eram trabalhadores.

D. Ana, batizada na igreja de Santiago em 5 de novembro de 1719, casou-se com 15 anos, em 7 de novembro de 1734, no Mosteiro de Santa Clara, com o Doutor Álvaro Antunes das Neves, natural de São Bartolomeu, que era então opositor em Medicina.¹⁰¹ Era filho do Licenciado José Antunes das Neves, advogado, e neto do ten-deiro José Antunes. Fez a sua carreira académica seguindo os passos usuais: bacharel em Artes em 1720, bacharel formado em Medicina em 1725, licenciado e doutorado em 1728, condutário em 1742, lente de prima em 1759, jubilado como lente de prima

98 AUC, *Mapas da População, 1801. Freguesia de São Pedro*.

99 *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772*, dir. por Manuel Augusto RODRIGUES (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003), 149.

100 António Fernandes de Carvalho obtém carta de familiar em 11 de janeiro de 1732 (ANTT, *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. António*, mç. 76, doc. 1469).

101 Não teria grandes posses, pois a Universidade concedeu-lhe um subsídio em 1727 para ultimar os seus estudos e, em 1750, contraiu um empréstimo de 400 mil réis, junto da Universidade (FONSECA, *A Universidade de Coimbra...*, 318 e 629).

em 1772. Paralelamente à docência, exerceu a prática clínica, pois foi médico do Hospital Real, ofício de que obteve carta de confirmação em 1756, e foi vereador entre 1746 e 1749. Era cavaleiro professo da Ordem de Cristo (desde setembro de 1759).

O casal teve quatro filhos, entre 1735 e 1741, morrendo dois na infância. Uma das filhas, D. Rosa Maria Joaquina das Neves, entrou para a Ordem Terceira em 1752. O filho António José das Neves Antunes virá a ser opositor em Cânones e a casar-se com uma filha do Doutor Luís de Sousa dos Reis, lente de Leis, que era filho de um ourives do ouro.

Moravam na rua das Fangas, rua onde D. Ana morreu em 17 de abril de 1775, ficando sepultada na capela do Colégio de Santa Rita.¹⁰² Na mesma capela veio a ficar também o marido, falecido em 31 de março de 1779.

Em 1745, eram possuidores de umas casas situadas na central rua da Calçada, prazo fateusim do Cabido, com o foro de 300 réis.¹⁰³ Assinam ambos, pelo seu punho, o reconhecimento do prazo, que tinham por doação que nela fizera seu tio, o meio cônego António Fernandes Velho, ministro terceiro franciscano de 1720 a 1722. Era uma casa de dois sobrados, com duas portas e duas janelas em cada sobrado, voltadas para a rua da Calçada. Esta casa pegava a leste com a casa em que viviam na rua das Fangas.

Da família da ministra eram os sacerdotes João Correia Xavier, secretário do Santo Ofício, o seu irmão gêmeo Frei Joaquim de São José, religioso de Santo António, e o seu cunhado Padre Manuel António das Neves, o que evidencia uma aposta na carreira eclesiástica desta família que, sem se negar o motor de uma verdadeira vocação, surge como mais uma via de elevação social.

Integrada no mesmo âmbito universitário, estava a ministra de 1734, D. Teresa Josefa Ferreira [?-1741]. Casada uma primeira vez, em 1694, com o Doutor Manuel Moreira [?-1695], lente de Medicina, era, à data em que teve assento no definitório, viúva do Licenciado Manuel de Abreu Bacelar, nascido na vila de Poiães, por volta de 1678, com quem contraíra casamento em segundas núpcias em 13 de junho de 1708. Ele era filho do Doutor António de Abreu Bacelar, lente de Medicina, que foi vereador pela Universidade, e familiar do Santo Ofício, e de D. Bernarda Pereira, moradores na rua das Fangas.

Manuel de Abreu Bacelar morreu em 11 de janeiro de 1732. Era cavaleiro do hábito de Cristo desde fevereiro de 1719, foi vereador nobre da Câmara, médico e depois alcaide da Inquisição, serviu de secretário da Universidade em 1718 e foi mordomo da Universidade em Taveiro em 1727. Havia sido ministro da fraternidade franciscana em 1714 e secretário anos antes.

¹⁰² Colégio referido atrás (ver nota 89).

¹⁰³ AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745*.

Em 1721, o casal vivia na rua Larga, em casas foreiras à igreja de São Pedro, casas antes pertencentes a João Pacheco Fabião, que tinham sido três moradas separadas que eles constituíram numa só.¹⁰⁴

Tiveram quatro filhos entre 1710 e 1714. Um deles, Francisco José de Abreu Bacelar, foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo (em janeiro de 1744), mordomo da Universidade em Taveiro em 1732. Teve de assumir, em dezembro de 1745, o encargo de 382 mil réis, a juro de 5%, resto dos 782 mil em que ficara alcançado seu pai, Manuel de Abreu Bacelar, como tesoureiro que fora da arca dos médicos.¹⁰⁵

Os laços da família desta ministra à Ordem Terceira eram estreitos, pois não só o marido nela desempenhara cargos, como também seu pai. De facto, era filha de José Ferreira, natural de Santo André de Poiares, filho de lavradores, que na cidade pôs loja de livreiro em 1663, na rua das Fangas, e montou imprensa anos depois, tornando-se impressor privilegiado da Universidade e cidadão que contratava rendas. A sua atividade estende-se até 1706, vésperas da sua morte, que sobrevirá em maio do ano seguinte. Foi um devotado irmão do sodalício terceiro franciscano, de que tomou o hábito em 1663 (sendo portanto um dos primeiros), sendo síndico em vários anos entre 1667 e 1682, e eleito, em 1701, vice-ministro. Foi familiar do Santo Ofício, por carta de 1665, juiz do povo em 1686 e procurador-geral da Câmara em 1695, o que acentua o reconhecimento social que granjeou. Ficou sepultado na capela de São Francisco da Ponte,¹⁰⁶ assim como sua filha Teresa Josefa, que faleceu em 7 de julho de 1741.

Em 1772, é ministra D. Norberta Josefa do Martírio de Miranda, que vestira o hábito franciscano em 1768. Era natural de Bendafé (Condeixa-a-Nova), filha de Manuel Simões Paio e de Domingas Teresa Alves. Casou-se com o Doutor Manuel de Miranda Coutinho (também Manuel de Miranda e Brito) [1725-1793], licenciado em Medicina em 1753, lente em 1756, aposentado em 1784. Este professor, aquando do casamento, era viúvo de Maria Rosa Joaquina da Silva, filha de um ourives, falecida em março de 1761, na freguesia de Santiago, de quem tivera quatro filhos, entre os quais Joaquim José de Miranda Coutinho (batizado em novembro de 1755), que será lente de Teologia, vice-reitor da Universidade, reitor do Colégio de São Pedro, cônego das Sés de Viseu, Lamego, Braga, Coimbra, Castelo Branco e par do reino em 1826.

104 António Nogueira Gonçalves: *Colaboração em publicações periódicas*, coord. por Regina ANACLETO e Nelson Correia BORGES (Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2019), 1:225.

105 FONSECA, *A Universidade de Coimbra...*, 633.

106 Sobre este livreiro e impressor, ver Joaquim Martins de CARVALHO, *Apontamentos para a Historia Contemporanea* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868), 300-301; José Pinto LOUREIRO, «Livreiros e livrarias de Coimbra», *Arquivo Coimbrão* 12 (1954): 128-129; SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:272; José Jorge David de Freitas GONÇALVES, «A imprensa em Coimbra no século XVII» (Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 2010), 66-77.

2.3. As ministras e a administração camarária, judicial e militar

Com a ministra eleita para o ano de 1766, D. Antónia Bárbara Benedita de Queirós [1734-?], passamos a um outro pólo da vida cidadina, o município, pois o seu marido está ligado à administração camarária. Tinha dado entrada no sodalício terceiro franciscano três anos antes.

Era filha do Licenciado Gonçalo Borges Ferreira de Queirós, natural de Prove-sende, concelho de Sabrosa, e de D. Bárbara Joana Isabel da Costa Jácome [1710-1734], natural da freguesia de Santa Cruz, da cidade de Coimbra, que era filha de um tesoureiro do Fisco, falecido em 1726, Gualter Ferreira da Costa, homem de origem humilde, e que se casara com a filha de um coveiro de Santa Cruz, mas que enrique-cera e ascendera socialmente, chegando a almotacé e procurador-geral da Câmara. D. Antónia era sobrinha do Padre Inácio Bernardes, secretário do Santo Ofício.

Nasceu na freguesia de Santa Justa, foi batizada a 23 de junho de 1734 e cinco dias depois ficou órfã de mãe. Foi educanda no Mosteiro de Santa Clara.

Consortiou-se em fevereiro de 1762 na capela da Senhora da Esperança, fregue-sia da Sé, com Dionísio de Macedo Guimarães, o franchinote de alcunha.¹⁰⁷ Dionísio nasceu em Salvador do Mosteiro do Souto, termo de Guimarães, onde em pequeno guardava gado a seus pais que eram lavradores. Em Coimbra, foi caixeiro, teve loja de mercearia, tornou-se mercador e fez fortuna. Passou depois ao funcionalismo, em 1754 como contador dos contos da Universidade e em 1758 como escrivão pro-prietário da Câmara, ofício em que demonstrou «assiduidade e empenho, apesar dos rudimentares conhecimentos literários»¹⁰⁸ que possuía. Foi almotacé e alcançou ainda a honra de cavaleiro professo da Ordem de Cristo em agosto de 1757. No seu curso de vida, teve o apoio de um primo, Filipe de Macedo Guimarães, importante homem de negócio, que foi também almotacé, que o chamou para a cidade e de quem foi universal herdeiro (que falecera em agosto de 1752).

O casal teve sete filhos, entre 1762 e 1771. O filho António Joaquim Dinis de Macedo Queirós será também escrivão proprietário da Câmara de Coimbra.¹⁰⁹ A filha Maria Bárbara Benedita de Queirós e Macedo, nascida em novembro de 1762, entrou para a Ordem Terceira em 1770, com sete anos.

Residiam na rua da Calçada, em morada que Dionísio de Macedo Guimarães constituiu, adquirindo em 1759 umas casas por três mil cruzados, as quais alargou em 1765 por compra de umas casas contíguas. Morreu em outubro de 1774 e foi

107 Franchinote: rapaz presumido, janota, peralta, ou indivíduo com gosto exagerado por coisas francesas.

108 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:264.

109 RIBEIRO, «Nobrezas e governança», 2:45.

sepultado em Santo António da Estrela. Em 1777, D. Antónia, viúva, continuava a viver no mesmo domicílio, com os filhos e um sobrinho do falecido marido, o padre Domingos de Macedo.¹¹⁰ No ano seguinte, contudo, estava ausente da cidade, e na casa encontrava-se apenas o dito sacerdote com três criadas.¹¹¹

Os filhos, na qualidade de herdeiros de sua mãe, vieram a ser credores da família do Doutor Manuel Pereira da Silva Caldas, da freguesia do Espinhal (Penela), cavaleiro da Ordem de Cristo, lente de Leis,¹¹² desembargador da Relação do Porto,¹¹³ que morreu cheio de dívidas. A sua mulher, D. Brites Maria Ana Rita Francisca de Almeida Meneses, e os filhos, como seus herdeiros, viram os seus bens executados em hasta pública por ordem judicial, sendo a casa do Castelo, construída pelo referido lente no Espinhal, comprada em 1790 por Vicente Velasques Sarmento de Alarcão.¹¹⁴

Incluídas no grupo de juristas estão as ministras que se seguem, como acontece com D. Felícia Joaquina Angélica da Silva e Moura,¹¹⁵ ministra em 1769. Batizada em fevereiro de 1735, na freguesia de São Pedro, era filha de José da Silva, escrivão dos contos da provedoria, e de Maria de São José, moradores na rua das Parreiras.

Casou-se com 17 anos, em janeiro de 1753, na igreja de São Pedro, com o bacharel em Leis António de Mesquita e Moura, tendo a partir de então o tratamento de dona. Também só depois do casamento deu entrada na Ordem Terceira como irmã, o que ocorreu em 1756. Viviam então na rua da Trindade.

O marido era transmontano, natural de Sambade, concelho de Alfândega da Fé, comarca de Moncorvo, e filho de António de Mesquita e de Isabel Maria de Moura. Seus pais eram lavradores abastados que viviam de suas fazendas, que trabalhavam pelos seus criados e jornaleiros, e seu pai fora juiz ordinário da vila de Alfândega da Fé.¹¹⁶

Mesquita e Moura fez carreira na magistratura: foi juiz de fora em Serpa, ouvidor do Crato, corregedor das Ilhas dos Açores, desembargador da Relação do Porto e da Suplicação, corregedor do Cível da Corte, adjunto do Conselho de Guerra e da Justiça, deputado da Mesa da Consciência, juiz executor das Comendas Vagas,

110 Como se vê em procuração passada em 15 de abril de 1777 (AUC, *Livros notariais*. Coimbra. *Tabelião Manuel Francisco dos Santos*, 18 de Julho de 1775 a 26 de Agosto de 1778, fls. 126v-127).

111 MOTA, «Famílias em Coimbra», 364.

112 RODRIGUES, dir., *Memoria professorum...*, 108.

113 SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 2:1394.

114 Jorge de ALARCÃO, *Casas e famílias antigas do Espinhal* (Espinhal: Junta de Freguesia do Espinhal, 2015), 23-24.

115 Era também conhecida como Felícia Joaquina de Sousa de Mesquita e ainda como Felicitia Angélica da Silva.

116 Como se refere na sua habilitação para a Ordem de Cristo em 1763 (ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo*. Letra A, mc. 18, n.º 6).

deputado da Junta do Tabaco.¹¹⁷ Foi o desembargador que presidiu à Devassa do Alto Douro efetuada entre 1771 e 1775, de que fez um circunstanciado relatório.¹¹⁸ Era cavaleiro professo da Ordem de Cristo.

Em agosto de 1775, sendo desembargador da Suplicação e de momento assistente em Coimbra, comprou a António Jorge Ferreira, prebendeiro da Mitra, uma ínsua, no sítio das Torres do Mondego, com sua casa térrea, eira pegada, parreiras, oliveiras, laranjeiras e outras árvores de fruto,¹¹⁹ o que mostra que mantinha interesses na cidade e apostava na compra de propriedades.

Tiveram quatro filhos: Mariana, em 1753, que faleceu com menos de um ano de idade; José António de Mesquita e Moura, em 1756, que foi juiz de fora de Coimbra em 1777 e depois desembargador da Relação do Porto,¹²⁰ e virá a ser fidalgo da Casa Real; António José, em 1760, que será fidalgo cavaleiro por alvará de abril de 1823; e Manuel Teófilo, em 1763, que será opositor na Faculdade de Leis.

Procurou o casal, de forma estratégica, o arrimo de bons patronos, o que desde logo se vê na escolha dos padrinhos dos filhos: a Condessa de Atouguia, José Maria, filho do 3.º Marquês de Távora, então porcionista no Colégio de São Pedro, o 1.º Barão de Alverca, João António de Sá Pereira, sua irmã D. Mariana, mulher de Aires de Sá e Melo, um desembargador e um lente de prima de Cânones.

A ascensão social que conheceu esta família, que, em três gerações, passou do nível do oficialato ao da fidalguia, só se pode compreender pela proteção conseguida junto do poder régio, mais especificamente de Pombal, o poderoso ministro, a quem o desembargador Mesquita e Moura terá servido com diligência.

No imediato ano de 1770, está na mesa da direção dos Terceiros franciscanos D. Cecília Micaela (ou Angélica) da Costa Pereira [1711-1786]. Esta ministra, nascida na freguesia da Sé de Coimbra em novembro de 1711, descende de gente muito modesta, pois era filha do sapateiro Manuel da Costa Pereira, natural da vila do Botão, e de Josefa Nunes, natural da cidade, da freguesia da Sé, que, por sua vez, era filha de um alfaiate.

D. Cecília tinha 59 anos quando atingiu o cargo, mas foi irmã desde muito nova, pois entrara no sodalício em 1728, com 17 anos. Neste ano, ainda seu futuro marido era estudante e vivia na rua de São João. Depois do seu casamento - contraído em

117 SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 1:210.

118 Publicado por Gaspar Martins PEREIRA, «A Companhia contra os lavradores do Douro. I: A denúncia de António de Mesquita e Moura, juiz da Devassa de 1771-1775», *Douro – Estudos & Documentos* 7 (1999): 142-152. Ver também Fernando de SOUSA, Joana DIAS e Francisco VIEIRA, «Uma devassa terrível ao Alto Douro (1771-1775)», *Revista População e Sociedade* 9 (2002): 151-276.

119 Escritura de compra e venda de 8 de agosto de 1775 (AUC, *Livros notariais. Coimbra. Tabela de Manuel Francisco dos Santos, 18 de Julho de 1775 a 26 de Agosto de 1778*, fls. 11-12).

120 SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 2:1083.

data não apurada,¹²¹ mas anterior a 1733, ano em que já está casada e moradora defronte do Paço do Bispo - com o advogado Jacinto Pires Frazão (nascido em julho de 1705), um letrado da governança camarária e que foi síndico da Universidade, alcançou uma posição social bem diversa da de seus pais.

De frisar, todavia, que este enlace não era uma aliança de todo desigual. Por um lado, o marido subira a pulso, através dos estudos, mas era filho de um pasteleiro da rua do Cosme. Por outro, o pai de D. Cecília era sapateiro, mas singrara, chegando a ter cargos concelhios, como o de almotacé, e o posto de capitão de Ordenanças, em 1745,¹²² o que o introduzia na cidadania.

Faleceu D. Cecília na freguesia de Almedina em novembro de 1786. Foi sepultada na igreja do Colégio de São José dos Marianos e não em templo terceiro como sua mãe, que em 1767 ficou na igreja de Nossa Senhora dos Remédios da Ordem Terceira de São Pedro, por nomeação que fez. Seu marido, falecido em junho de 1792, ficou sepultado no mesmo colégio.

Esta ministra teve cinco filhas e duas delas vêm a fazer bons casamentos: D. Joaquina Máxima com Diogo Pereira Forjaz de Sampaio, da quinta do Cedro, capitão-mor de Tentúgal, e D. Ana Rita com o lente de Medicina Doutor António José Francisco de Aguiar. D. Joana Micaela será religiosa no Convento de Celas e as outras duas, D. Maria Umbelina (que morreu em junho de 1816) e D. Teresa Jacinta, ficarão solteiras.

D. Úrsula Teresa da Natividade (ou D. Úrsula Teresa Brandão) era natural de Coimbra, da freguesia de São João de Almedina, filha de Luís Simões e de D. Maria Brandão. Tomou o hábito terceiro franciscano em 1724 e exerceu o cargo de ministra por quatro vezes: em 1739, 1743, 1746 e 1750. Casou-se com o Licenciado Tomé Brandão.

Era irmã de D. Luís Simões Brandão [1672-1733], lente de Cânones em 1700 e bispo de Angola e Congo entre 1702 e 1720, de quem foi herdeira, juntamente com um outro seu irmão, o Padre João Brandão, abade pensionário na Igreja de Santa Maria de Arrifana, do bispado do Porto. Ficaram os dois como herdeiros de tudo o que pertencera a D. Luís Simões Brandão, incluindo o prémio dos serviços que o prelado prestara a Sua Majestade na dita diocese. Em 13 de setembro de 1737, nas notas do tabelião José Pedro de Macedo, ela e o irmão fizeram a renúncia desses serviços a favor de seu primo, o Doutor Francisco Xavier Mendes, juiz de fora na vila de Coruche, pedindo em simultâneo que este requeresse, junto do rei, com parte

121 Terão casado na freguesia de São João de Almedina, freguesia de que se não conservam registos paroquiais para essa data.

122 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:120.

da paga dos mesmos serviços, uma tença para ela «poder passar melhor a sua vida conforme a sua pessoa», por ser velha e com achaques, e se achar pobre.¹²³

Era este bispo natural de Coimbra, clérigo do hábito de S. Pedro. Confirmado como bispo de Angola em 1701, passou a Luanda, onde residiu. Em julho de 1713, embarcou para Lisboa, vindo a renunciar ao cargo. Foi depois vigário capitular da diocese de Coimbra, em tempo de sede vacante. Foi acusado, em 1708, pelo governador e pelos superiores dos Carmelitas e Capuchinhos de Angola, de comercializar escravos publicamente e de manter um navio particular para o seu transporte,¹²⁴ trato negreiro que, a crer na acusação, estaria difundido até nos níveis mais altos da hierarquia do clero angolano. É de notar, contudo, que havia na época uma grande fricção entre o bispado e os referidos missionários. Certo é ter falecido em julho de 1721 a sua escrava Clara, quando era morador em Celas, na quinta dos Sardões.

D. Úrsula é ministra depois de enviudar e depois de receber a referida herança. A viuvez e os bens herdados ter-lhe-ão trazido maior independência, mas era à partida pessoa de elevada consideração, atendendo à superior posição que seu irmão tivera na cidade.

Em patamar igualmente elevado, nasceu na freguesia do Salvador, e foi batizada em 29 de dezembro de 1718, D. Antónia Josefa da Conceição e Sousa [1718-?], ministra no ano de 1771. Era filha do Licenciado Estêvão Ribeiro Leitão, falecido em agosto de 1719, e de Maria da Conceição Sousa e Silveira, que havia morrido no mês anterior. Era afilhada de gente muito ilustre, pois era seu padrinho o arcepreste da Patriarcal, Paulo de Carvalho e Ataíde, tio de Sebastião José de Carvalho e Melo, e sua madrinha D. Antónia de Bourbon, mulher de D. Afonso de Meneses.

Foi bem auspiciosa a sua entrada no mundo, mas não teve a sorte a seu favor, pois ficou logo órfã de muito tenra idade, apenas com alguns meses. À data do seu casamento, realizado em 5 de março de 1735, na freguesia da Sé, com a idade de 16 anos, assistia no Recolhimento da Misericórdia, o que faz pensar que, embora de família distinta, teria uma legítima de valor reduzido. Esta instituição tinha como principal objetivo a clausura e a preparação de raparigas para o casamento, com a aprendizagem das tarefas domésticas e uma rudimentar instrução moral e religiosa, preocupando-se também em encontrar-lhes marido conveniente e oferecendo-lhes um dote apreciável.¹²⁵

123 Documento transcrito por Miguel PORTELA, «Renúncia dos serviços do Bispo de Angola Dom Luís Simões Brandão a favor do juiz de fora da vila de Coruche Francisco Xavier Mendes (1737)», *Fragmenta Historica* 7 (2019): 257-259.

124 Alexandre Almeida MARCUSSI, «O dever catequético: A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII», *Revista 7 Mares* 2 (2013): 76-77.

125 Maria Antónia LOPES, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)* (Viseu: Palimage, 2000), 1:488-489, 498-499.

Neste caso concreto, foi o escolhido o Capitão António José de Almeida, natural de Condeixa-a-Nova, local onde o casal passou a residir depois do matrimónio. Nesta vila continuavam a morar em 1745, quando reconheceram, por procurador, um prazo de casas e quintal que possuíam em Coimbra, à Pedreira, abaixo dos Palácios Confusos, prazo do Cabido, com o foro de 900 réis e dois capões.¹²⁶ Esta casa, de três sobrados, ainda hoje existe e se identifica com facilidade, pois tem na parede três grandes cruzeiros em azulejo que são do Calvário da Via Sacra da Igreja de São Cristóvão, com a data de 1728.

O marido teve a mercê de um hábito da Ordem de Cristo, com a tença de 12 mil réis, em 1753. No seu processo de habilitação,¹²⁷ se diz que ele, seus pais e avós, se tratavam nobremente, com seus criados e cavalos na estrebaria, com suas fazendas, que mandavam lavrar por seus criados. Teria nessa altura 40 anos de idade. Morreu em junho de 1771, na rua do Corpo de Deus desta cidade e foi sepultado na igreja do Colégio dos Religiosos Terceiros, onde elegeu sepultura e onde se lhe fez ofício de corpo presente com missas gerais.

Será pois já viúva que D. Antónia aceita o cargo de ministra da Ordem Terceira, para onde entrara como irmã em 1744. Ainda vive em 1773, pois é então madrinha de uma criança.

D. Helena Josefa Pinto Pereira [1688-1774], que toma o hábito terceiro franciscano em 1753, em simultâneo com o marido, é ministra em 1768. Natural da freguesia do Botão, era filha do sargento-mor Manuel Rodrigues Pereira e de sua mulher D. Maria Pinto de Almeida, e teria nascido já com seu pai falecido.¹²⁸

Casou-se em 6 de fevereiro de 1731, na freguesia do Botão, com Francisco da Silva Freire, natural da dita vila,¹²⁹ bacharel, advogado nos auditórios da cidade de Coimbra, procurador-geral da Câmara em 1750, jurista que circulava na dependência dos mais preponderantes fidalgos da cidade.¹³⁰

D. Helena faleceu em 7 de junho de 1774, de uma apoplexia, casada, moradora na rua do Corpo de Deus, e foi sepultada na capela dos Terceiros de São Francisco da Ponte, onde teve ofício de corpo presente com as missas respetivas.

126 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745.*

127 ANTT, *Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mc. 2, n.º 5.*

128 Não consta o seu batismo, mas sim uma justificação do mesmo, feita por despacho do provisor em 13 de dezembro de 1773, que diz teria sido batizada na igreja da dita freguesia, pelo ano de 1688, e que foi sempre tida e havida por filha dos ditos pais (AUC, *Paroquiais. Botão. Baptismos, 1560-1760, fl. 20v*).

129 AUC, *Registos Paroquiais, Botão. Livro misto, 1551-1749, fl. 166.*

130 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:295.

2.4. As ministras com raízes no oficialato e no mundo mercantil

Batizada em 23 de novembro de 1662, Escolástica de Mendonça [1662-1752] era filha do tabelião Francisco Ferreira e de Luísa de Mendonça, moradores na rua dos Sapateiros, e irmã do Padre Francisco Ferreira de Mendonça, prior de São Joaninho. Foi ministra em 1738.

Morreu em 25 de março de 1752, na freguesia de São Tiago, com 89 anos, viúva, e foi sepultada na igreja dos Terceiros de São Pedro. Fora casada com Miguel Mendes dos Santos, falecido em 19 de agosto de 1700, que ficara na mesma igreja, onde tinha sepultura.

Era senhora de alguns haveres, pois em 1745 reconheceu um prazo fateusim do Cabido,¹³¹ que houvera por herança de seus pais, que consistia na morada de casas em que vivia, místicas com outras que ela também possuía, prazo da Universidade. Localizavam-se na rua dos Sapateiros, à direita vindo de Sansão. A primeira era casa com porta para a dita rua, uma loja vaga, dois sobrados e um entressolho, com suas janelas de assentos e uma delas resguardada com grades de ferro. Para além destas duas moradas, tinha ainda uma outra, foreira à Capela de São José, ereta na igreja dos religiosos de São Pedro da Terceira Ordem, com a qual as anteriores confrontavam. Teria ainda mais alguma propriedade, porque o seu nome consta do Livro de cobrança de foros do Colégio de S. Tomás de Aquino.¹³²

Ministra em 1740-1741 é Isabel Teresa da Visitação, que entrou para a fraternidade franciscana em 1732. Natural da freguesia de São Pedro, era filha de Matias Rodrigues, bedel de Medicina, já falecido em 1714, e de Luísa Teresa, que haviam sido moradores na rua Larga, rua onde ela manteve a residência.

O ofício de bedel tinha sido comprado em 1690, então avaliado em 54 mil réis anuais, por José Rodrigues, seu avô, que começara a sua atividade como tendeiro e fora fintador pelos mercadores em 1680. Continuou o ofício na família, passando para seu pai e depois para seu irmão, José Rodrigues de Gouveia. Os dois foram eleitos para o cargo de almotacé, o pai em 1695, o irmão em 1720, ascendendo ambos desse modo à cidadania.¹³³

Em 1736, D. Isabel Teresa recebia uma tença da Universidade, no valor anual de um moio de trigo, época em que familiares, sobretudo filhos e filhas, de lentes e de oficiais da instituição, usufruíam de benefícios em recompensa de serviços prestados. Em 1754, também à mulher e filhos de seu irmão José, invocando a mesma

131 AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745*.

132 Júlio de Sousa RAMOS e Marcelino R. PEREIRA, *Inventário do Cartório do Colégio de S. Tomás de Aquino de Coimbra* (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986), 85.

133 SOARES, *O município de Coimbra...*, 2:262 e 383.

razão, dava a Escola 15 alqueires de trigo por ano, e, aos filhos de seu cunhado, o bacharel António de Sousa Azevedo, advogado, então síndico aposentado da Universidade, 30 alqueires de trigo por ano.¹³⁴

Mas não só nos ofícios universitários apostou esta família. Outros irmãos da ministra, como o Padre Pedro Rodrigues de Gouveia e o Padre Manuel de Oliveira Cordeiro (batizado em janeiro de 1699, na Igreja de São Pedro), mostram ter escolhido a via clerical como forma de elevar o seu estatuto social.

D. Isabel Teresa tinha assim bom respaldo familiar para conseguir obter, em março e em julho de 1754, dois empréstimos junto da Misericórdia, no valor total de 600 mil réis, através dos seus irmãos sacerdotes, a quem passou as devidas procurações.¹³⁵

Que era pessoa com boa aceitação na cidade também o faz crer o facto de ser escolhida muitas vezes para madrinha de crianças que iam a batizar. Ficou porventura solteira.

Uma das mulheres mais notáveis, pelo seu trajeto, é Maria de São Bento, que é aceite na Ordem Terceira de São Francisco em 1712 e é ministra logo no ano seguinte. Nasceu por volta de 1670, em meio muito humilde, pois era filha de um sapateiro e de uma padeira. Trabalhou desde muito cedo. Em menina, ajudava a mãe indo levar-lhe à praça os tabuleiros do pão e, já rapariga, vendia na tenda que o padrasto tinha no mercado.

Veio a casar-se, em agosto de 1693, com Domingos de Magalhães Lima, um negociante muito rico, que foi rendeiro e prebendeiro da Universidade, administrador do estanco real do tabaco da cidade e comarca, escrivão do almoxarifado de Coimbra, almotacé e procurador-geral da Câmara. Este homem, vindo de Ponte de Lima, chegara à cidade como simples caixeiro, mas teve um percurso excecional, alcançando mesmo a familiatura do Santo Ofício. Quando morreu, em agosto de 1712, deixou uma fortuna considerável, pois testou mais de 95 mil cruzados e muitas dívidas ativas. E deixou a viúva muito rica e assim nas condições ideais para ser bem recebida nos Terceiros, apesar das suas raízes se situarem no mundo dos mercados de abastecimento de víveres, socialmente sempre muito desconsiderado, estando mesmo a ocupação de vendeira na praça pública entre as razões de recusa para entrada na Ordem.¹³⁶ E bem significativo do valor do dinheiro é o facto de alguém, que em criança andava descalça e com carregos à cabeça, emparceirar no diretório com o ministro António Luís de Melo e Sousa, um orgulhoso fidalgo de linhagem antiga. De sublinhar que é, em 1713, a primeira ministra que não é designada como

¹³⁴ FONSECA, *A Universidade de Coimbra...*, 552.

¹³⁵ ELIAS, «A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra», 270.

¹³⁶ MOTA, «Os ministros», 314.

dona (só o será ao casar-se de novo), interrompendo uma série, que vinha do século XVII, de senhoras assim qualificadas.

A boa posição financeira em que se encontra abre-lhe a possibilidade de se consorciar, em 1714, com Manuel Mendes de Sousa Trovão, filho de um lente de Medicina, que foi cavaleiro da Ordem de Cristo, secretário serventuário da Universidade, vereador em 1719 e ministro da Ordem Terceira no mesmo ano. Adota então o nome de D. Maria Micaela de Sousa, numa tentativa de recriar o seu passado, para melhor se adequar ao estatuto do marido. Mas, se este lhe trouxe lustro social, também lhe depauperou muito a sua fortuna, ao envolver-se em querelas e demandas.

Morreu em dezembro de 1744 e ficou sepultada na sua capela do Colégio da Trindade.¹³⁷ A decisão de ser irmã terceira, e a de ocupar o cargo de direção, são tomadas por si, sem a interferência de qualquer familiar masculino, uma vez que o faz no intervalo de tempo que medeia entre o momento em que enviúva e aquele em que volta a casar-se.

Em 1744 e 1745 é ministra D. Luísa Maria da Encarnação Martini [1692-?], que ingressara no sodalício terceiro em 1725, juntamente com seu marido. Era natural da freguesia de São Bartolomeu e foi batizada em 25 de março de 1692 com o nome de Josefa, alterando o nome no Crisma.

Era filha de Lázaro Gomes de Carvalho e de Domingas dos Santos. O pai começou como alfaiate, passou a mercador, enriqueceu, e chegou a almotacé, executor do Colégio Novo, irmão da Misericórdia, cidadão. O seu sucesso fica realçado pela mudança de domicílio da Praça para o Arco de Almedina, local de maior distinção.¹³⁸ Acabará, no entanto, por ter uma quebra na loja, o que o vai obrigar a ausentar-se para Castela.

D. Luísa casou-se em novembro de 1724, na igreja de São Bartolomeu, com Fernando Maria Martini, natural de Florença, homem de negócio grosso, que manejava milhares de cruzados, morador na dita freguesia. Este florentino, naturalizado português, foi escrivão da Câmara entre 1747 e 1758, ofício que comprou ao fidalgo Francisco de Moraes e Brito da Serra, ministro terceiro entre 1757 e 1761, e que se encontrava então muito endividado.¹³⁹ Este ofício, em 1751, estava estimado em 130 mil réis de rendimento anual, e inscrevia-se no oficialato superior ao nível local e regional.¹⁴⁰

137 Sobre esta ministra, ver Guilhermina MOTA, «Longos e penosos meses de noivado: Um processo de sponsais na Coimbra do século XVIII», *Revista Portuguesa de História* 44 (2013): 359-388.

138 SOARES, *O Município de Coimbra...*, 1:260-261.

139 MOTA, «Os ministros», 321.

140 SOARES, *O Município de Coimbra...*, 2:263-264.

Têm um filho, Francisco José Teotónio dos Santos Martini de Carvalho, batizado em 10 de março de 1738 em Santa Justa, que entrou na comunidade terceira em 1747.

D. Luísa tinha um irmão, Bento Gomes dos Santos [1684-1756], lente de Medicina, morador em Santa Clara, que, quando faleceu, deixou muitos legados pios e dotes para vinte órfãs.¹⁴¹

Sobre as ministras D. Margarida de Moraes (1721 e 1722), Joana Maria (1723, 1732 e 1733), D. Josefa Maria de Sá (1724), Maria da Encarnação (1725), Sebastiana Maria (1735), Teresa de Jesus Oliveira (1736, 1737, 1747-1749, 1751) e Teresa Maria Josefa (1754) nada se apurou de forma segura, a não ser que a primeira, que deu entrada na Ordem em 1666, era natural da freguesia de São Pedro e filha de Manuel Dias e de Joana Francisca. No entanto, é possível apresentar hipóteses de identificação fundamentadas em relação a duas destas ministras:

Teresa Maria Josefa, ministra em 1754, poderá ser a filha, de igual nome, de Bento Seco Ferreira, que foi livreiro e editor, mester da mesa, e que ascendeu a almotacé. Casou-se em 29 de janeiro de 1730, na freguesia de S. Cristóvão, com Manuel de Faria Souto, natural de Alcaface, filho de gente principal, que se tratava à lei da nobreza, com seus criados e bestas na estrebaria.¹⁴² Bacharel formado em Leis, foi juiz de fora em Mangualde e no Fundão e provedor da Esgueira.¹⁴³ Era prima direita de Luís Seco Ferreira, livreiro, impressor e mercador de livros, homem muito abonado que tomava rendas, familiar do Santo Ofício, irmão da Misericórdia, cidadão, e que foi tesoureiro da Ordem Terceira de S. Francisco em 1756 e 1757.

E D. Josefa Maria de Sá, ministra em 1724, que é muito provavelmente uma D. Josefa Maria de Sá [1695-1735] que tem uma história de vida muito incomum. Nasceu em Coimbra, e batizada em 18 de novembro de 1695, era filha do médico António de Sá Mourão, natural de Mourão, termo de Vilarinho da Castanheira, e de Mariana da Costa de Almeida, da cidade de Coimbra. Seus pais eram moradores na rua da Matemática, quando ela nasceu, mas passaram a residir depois em Viseu, pois seu pai, em fevereiro de 1707, foi nomeado médico do Hospital das Chagas dessa cidade.¹⁴⁴

Casou-se D. Josefa em novembro de 1715, na Sé de Viseu,¹⁴⁵ com Brás Luís de Abreu [1689-1756], natural da vila de Ourém, batizado em 10 de fevereiro de 1689, que se formou em Medicina em 1717, filho de Francisco Luís de Abreu e de Francisca Rodrigues de Oliveira, lavradores da referida vila. Irão viver para a cidade do

141 FONSECA, *A Universidade de Coimbra...*, 509-510.

142 ANTT, *Desembargo do Paço. Leitura de bacharéis. Letra M*, mc. 28, n.º 21.

143 SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 2:1339.

144 Liliana CASTILHO, «A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e urbanismo (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, 2012), 189.

145 Arquivo Distrital de Viseu (ADV), *Freguesia Ocidental (Viseu). Livro misto, 1706-1725*, fl. 114-114v.

Porto e depois para a vila de Aveiro, onde já se encontram em 1722, quando nasce a filha Teresa. Em 1723, o marido tem processo de habilitação para familiar do Santo Ofício.¹⁴⁶ É então tido por homem abastado, ganhando mais de 100 mil réis por ano de partidos médicos e de clínica particular. Para além do exercício da profissão, Brás de Abreu dedicou-se também à escrita, tornando-se famoso por obras que deixou, como *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana*, de 1726.¹⁴⁷

Em março de 1732, o casal abandonou a vida conjugal para professar e entrar em religião. No dia 24, ingressou ele na Ordem Terceira da Penitência em Aveiro e, no dia seguinte, tomou ela o hábito no Recolhimento de São Bernardino, com o nome de Irmã Josefa Maria do Santíssimo Sacramento, levando consigo para a clausura as cinco filhas, tendo a mais nova, Sebastiana, apenas quatro anos de idade. Em 24 de dezembro de 1734, tendo recebido a Ordem de Presbítero, Brás Luís de Abreu celebrou a primeira missa, pregando também, pela primeira vez, na cerimónia em que, no Recolhimento de S. Bernardino, em Aveiro, professou Soror Josefa da Cruz (ou Josefa Maria do Santíssimo Sacramento), sua ex-mulher.

A inusitada resolução de se separarem, e de abraçarem a vida religiosa, com os filhos ainda menores, causou estranheza em Inocêncio Francisco da Silva que não só apresentou uma informação biográfica sobre Brás Luís de Abreu que se não coaduna com a apurada nos registos paroquiais e no processo de habilitação do Santo Ofício (pois diz ter sido ele exposto na cidade de Coimbra), como sobre a matéria dirigiu um repto à criação literária, repto a que respondeu Camilo Castelo Branco compondo uma teia dramática sobre a vida deste casal no romance *O Olho de Vidro*, publicado em 1866, que se assume como um violento libelo contra o Tribunal da Inquisição.¹⁴⁸ A forte ligação deste casal à Ordem Terceira Franciscana leva a pensar na grande probabilidade de D. Josefa ser a ministra de 1724.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas umas breves notas biográficas sobre as mulheres que estiveram na direção da Ordem Terceira franciscana de Coimbra, no século XVIII, cabe agora tirar algumas conclusões.

146 ANTT, *Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações*. Brás, mc. 3, doc. 45.

147 MACHADO, *Bibliotheca Lusitana...*, 1:547; Inocêncio Francisco da SILVA, *Dicionário bibliográfico português* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1858), 1:395-397.

148 A narrativa camiliana é objeto de análise de Maria de Fátima MARINHO, «A atracção do abismo: (Reflexões sobre o incesto em dois romances de Camilo Castelo Branco)», *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»* 11 (1994): 215-227, e de Maria Antonieta GARCIA, «O drama de Brás Luís de Abreu: o médico, as malhas da Inquisição e a obra», *Cadernos de Cultura*, nº 20 (novembro de 2006): 6-22.

A pertença destas mulheres à fraternidade, e a sua disponibilidade para ocupar o cargo de ministra, parecem resultar de estratégias definidas em família. Quase todas as ministras conimbricenses formam um elo numa cadeia de ligação à irmandade, recebendo o testemunho confraternal de pai, marido, irmão ou tio, que primeiro haviam optado pela sua integração na Ordem, e por nela terem postos de chefia,¹⁴⁹ passando-o depois, por seu turno, a filhos e filhas, e, por uma vez, ao marido, havendo admissão em simultâneo de casais e de dois irmãos.

Mas se muitas seguiam o trilho masculino dentro da fraternidade, algumas fá-lo-iam por sua própria iniciativa, tomando o hábito, ou aceitando o cargo, depois do falecimento do marido. A viuvez tornava estas mulheres, que tinham posses para se manterem sem sobressaltos de pobreza, finalmente senhoras do seu destino. O número de viúvas é, no entanto, diminuto. São apenas cinco. A própria Ordem enunciava a preferência pelo estado conjugal, ao determinar um montante bem mais elevado da jóia de entrada para mulheres solteiras ou viúvas.

Como as ministras se convertiam em padrões de conduta para as outras irmãs, no momento da eleição deveria valorizar-se a experiência e o amadurecimento, fruto dos anos, como em Ponte de Lima, onde as ministras, pelos Estatutos, deviam ser escolhidas entre as mulheres mais velhas.¹⁵⁰ No entanto, em Coimbra, no caso das 25 ministras em que se conhece a idade, quatro têm menos de 30 anos quando acedem ao cargo e apenas oito têm mais de 50. Havendo ministras tão jovens, uma somente com 21 anos, todas fidalgas, é de crer que o perfil social era mais importante do que a maturidade. Havendo, por outro lado, ministras tão idosas, uma com 76 anos e outra com 80, é igualmente de crer que o cargo fosse mais honorífico do que efetivo, pois não se imaginam pessoas de idade tão avançada a terem energia para desenvolver qualquer atividade relevante.

Se a entrada na Ordem era, em princípio, aberta a toda a gente, era na prática mais restritiva - para além de se exigir cepa cristã-velha,¹⁵¹ bons e louváveis costumes, ausência de mácula de crime ou infâmia, não se admitiam pessoas sem capacidade económica para garantir as obrigações que a admissão impunha, ou que exercessem uma profissão que não honrasse a Ordem.¹⁵² Na escolha dos dirigentes, a fraternidade seria ainda mais seletiva, diligenciando por recrutar gente que trouxesse prestígio à instituição. E, na verdade, a maior parte das ministras responde bem a este desiderato, pois são fidalgas ou pertencem a uma nobreza cidadã. No entanto, verifica-se o

149 Não seria permitida a presença na mesma mesa de pais e filhos, ou de irmãos, como em Braga (MORAES, «Viver em penitência», 92), mas nada impedia essa presença em anos subsequentes.

150 ESTEVES, «A composição social da Ordem Terceira de Ponte de Lima», 64-65.

151 Cláusula que desapareceu dos Estatutos ainda no século XVIII.

152 MOTA, «Os Ministros», 313-314.

acesso à mesa definitorial por parte de mulheres que têm uma origem social modesta e até humilde, o que não acontece no caso masculino. Mas, para isso, foi necessário que entretanto tivessem subido na escala social, pois mesmo as que se impuseram pelos seus muitos cabedais tinham visto os maridos melhorar a sua condição.

O estudo destas ministras revela a existência de uma significativa mobilidade social, ou pela via das alianças matrimoniais, ou mesmo já dentro do seu quadro familiar de nascença. No seio da aristocracia, universo relativamente fechado, essa mobilidade só surge num caso em que uma senhora, com sólida fortuna, se une a um representante de antiga linhagem, num movimento nupcial que emerge na fidalguia da época, sedenta de bons dotes. No mundo de uma nobreza cidadã, essa ascensão social alcança-se com mais frequência: três ministras casam-se com lentes da Universidade, mas são filhas de mercador, de livreiro e de ourives e duas consorciam-se com um desembargador e um advogado, mas seus pais são um escrivão e um sapateiro. Mas a verdade é que, em alguns casos, já os maridos tinham deixado para trás, através dos estudos, o mundo mesteiral ou de lavoura em que nasceram, ou os pais alterado o seu modo de vida, através de apostas comerciais coroadas de êxito, ou da conquista de ofícios menores, mas lucrativos, junto da Câmara ou da Universidade. Assim, as classificações profissionais espalham talvez em demasia e escondem a vitalidade que estes grupos possuem, desenvolvendo a sua atividade com afino e persistência.

A procura destas mulheres pela Ordem Terceira franciscana resulta, com certeza, de um impulso interior de fé e de piedade, mas também se enquadra numa estratégia familiar e de grupo que, através da presença em lugares com a visibilidade que tinham os da fraternidade, ou confirma o estatuto superior herdado, sendo mais uma plataforma para o exercício do poder, como é o caso na fidalguia, ou se converte num veículo de trajetória ascensional, sendo mais um passo, a somar a outros, no que respeita aos demais.

Por outro lado, não deixariam de estar estas mulheres, pela sua posição e pela sua riqueza, sob o olhar atento das autoridades religiosas - sendo de realçar o número significativo de sacerdotes que se contam entre os seus parentes masculinos, o que, por sua vez, também faz ressair a profunda religiosidade destas famílias -, que as orientavam no sentido de se dedicarem a uma vida de devoção e no de guiarem os seus capitais para obras de misericórdia, o que era compensador para as próprias no seu desígnio de salvação, mas também importante para a Igreja pelo exemplo moral que elas davam às suas concidadãs.

Neste contexto, como em outros campos na sociedade da época, é sobretudo pelo rasto masculino que se adivinham as mulheres. Apesar disso, vemos algumas ter afirmação por si próprias. Maria de São Bento administra os seus bens e os da sua família, tendo ficado com uma fortuna avultada para gerir, depois da morte do

marido. Casou a filha com o Dr. João Coelho de Sousa, doutor em Cânones, magistrado, que foi ouvidor-geral de São Tomé,¹⁵³ e proporcionou ao filho, Acúrcio José de Magalhães, com a idade de seis anos à morte do pai, a educação que o levou a graduar-se em Leis e que lhe permitiu fazer carreira na magistratura, sendo despachado em 1746 como desembargador da Relação da Baía.¹⁵⁴ Também Sebastiana Maria da Luz, irmã de uma Ordem Terceira coimbrã (talvez da de S. Pedro), grande mercadora do século XVIII, que deixou um generoso legado à Misericórdia de Coimbra, demonstra a capacidade das mulheres para conduzirem os negócios, pois multiplicou por quatro a herança paterna que recebera.¹⁵⁵

Estavam estas duas mulheres habituadas a movimentarem-se no mundo mercantil e fora do espaço doméstico. Tal não sucedia entre as fidalgas, que se limitariam, muitas delas, a cumprir o seu pesado dever de assegurar a perpetuação da linhagem e a carrear dotes volumosos que enriqueciam e ajudavam a manter e a prosperar as casas em que entravam pelo casamento, por vezes contraído em tenra idade. Há ministras casadas aos 11, 12, 13, 14 e 15 anos, e tendo nove, onze, catorze e dezasseis filhos. Muitas ficariam condenadas a definhar, encerradas nas suas quintas dos arrabaldes, com os filhos e o pessoal doméstico, enquanto os maridos vinham para a cidade, onde também tinham casa, tratar dos negócios do concelho e da política local. Corresponderão muitas delas à imagem traçada na literatura, e em relatos de viajantes estrangeiros, de mulheres que passavam o dia no estrado, rodeadas de criadas e escravas - escravos que, em geral, as fidalgas e nobres aqui tratadas possuíam -, que nunca saíam à rua, sempre passivas e submissas.¹⁵⁶ Mas não todas. D. Escolástica de Castelo Branco leva avante o casamento que desejava, contrariando a vontade de seu pai. D. Mariana Antónia, mulher de Aires de Sá e Melo, na ausência do marido na Corte espanhola, cuida da família, trata da gestão do património familiar, enfrenta e resolve os problemas das dívidas por ele contraídas. D. Leonor Josefa, viúva de Marçal Velasques, enfrenta as mesmas responsabilidades, não se acanhando de litigar em tribunal.

Para estas mulheres, a fraternidade terceira podia ser também um espaço de sociabilidade, um pretexto para sair de casa, uma forma de se empenharem em causas que transcendiam a intimidade caseira e familiar e que lhes davam alguma capacidade de

153 Morreu na Baía, cidade onde fazia escala e adoeceu, quando retornava ao reino, depois de cumprir o tempo do seu mandato (SÃO BENTO e SOARES, *Memorial de ministros...*, 2:892).

154 Faleceu em 1752, na viagem de regresso, ficando sepultado no mar (*Ibidem*, 1:1).

155 LOPES, «Sebastiana da Luz», 152 e 135.

156 Sobre a situação da mulher portuguesa retratada na literatura do século XVIII, ver Maria Antónia LOPES, *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989).

decisão e de comando. A atuação na irmandade também lhes traria alguma distração na regular cadência dos dias e um propósito maior e distintivo numa vida rotineira.

Dado o estatuto e as condições económicas de que usufruíam estas ministras, não eram os benefícios materiais que a Ordem assegurava às irmãs o que as atraía, pois não tinham necessidade de recorrer a qualquer apoio assistencial. Além disso, não se submetiam, por brio e honra do seu estado, a indagações sobre a sua vida e ao juízo dos mesários na apreciação do seu direito a uma ajuda. Seriam sim, numa época e numa sociedade de forte crença no purgatório, os benefícios espirituais aqueles a que aspiravam: as indulgências, as orações, os sufrágios, as missas celebradas em comunidade, o acompanhamento dos irmãos à sepultura, todo o comprometimento com ações que as conduzissem à bem-aventurança eterna.

ANEXO 1

MINISTRAS DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO DE COIMBRA (SÉCULO XVIII)

Fonte: Elaboração da Autora com base nas fontes identificadas na Bibliografia.

Ano	Nome	Filiação	Casamento
1701	D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [Corte Real]	fidalgo	fidalgo
1702	D. Joana de Melo	<i>idem</i>	-
1703	D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [Corte Real]	<i>idem</i>	fidalgo
1704	D. Lourença Josefa Pereira Botelho	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1705	D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [Corte Real]	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1706	D. Lourença Josefa Pereira Botelho	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1707	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1708	D. Isabel Maria Pereira de Meneses Souto Maior	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1709	D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [Corte Real]	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1710	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1711	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1712	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1713	Maria de São Bento	sapateiro	mercador / almotacé
1714	D. Jerónima Maria de Sá Barreto e Resende [Corte Real]	fidalgo	fidalgo
1715	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1716	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1717	D. Margarida Josefa da Cunha	lente	-
1718	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1719	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1720	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1721	Margarida de Morais	-	-
1722	<i>idem</i>	-	-
1723	Joana Maria	-	-
1724	D. Josefa Maria de Sá	-	-
1725	Maria da Encarnação	-	-
1726	D. Violante Maria Antónia de Portugal	fidalgo	fidalgo
1727	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1728	D. Escolástica Josefa Margarida de Nápoles Castelo Branco	<i>idem</i>	advogado

Ano	Nome	Filiação	Casamento
1729	D. Mariana Plácida de Meneses	<i>idem</i>	fidalgo
1730	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1731	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1732	Joana Maria	-	-
1733	<i>idem</i>	-	-
1734	Teresa Josefa Ferreira	livreiro	lente / médico / vereador
1735	Sebastiana Maria	-	-
1736	Teresa de Jesus Oliveira	-	-
1737	<i>idem</i>	-	-
1738	Escolástica de Mendonça	tabelião	-
1739	D. Úrsula Teresa da Natividade	-	licenciado
1740	Isabel Teresa da Visitação	bedel / almotacé	-
1741	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1742	Angélica Maria da Conceição e Sousa	-	lente
1743	D. Úrsula Teresa da Natividade	-	licenciado
1744	Luísa Maria da Encarnação Martini	alfaiate / mercador	negociante / secretário
1745	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1746	D. Úrsula Teresa da Natividade	-	licenciado
1747	Teresa de Jesus Oliveira	-	-
1748	<i>idem</i>	-	-
1749	<i>idem</i>	-	-
1750	D. Úrsula Teresa da Natividade	-	licenciado
1751	Teresa de Jesus Oliveira	-	-
1752	D. Margarida de Albuquerque da Cunha Mouzinho e Melo	capitão- -mor	vereador
1753	Ana Maria Joaquina	mercador	lente
1754	Teresa Maria Josefa	-	-
1755	D. Isabel Maria de Sá Pessoa Figueiredo e Cunha	fidalgo	-
1756	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1757	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1758	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1759	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1760	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1761	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1762	D. Bárbara Maria Antónia Xavier Carvalho e Sousa	lente	lente
1763	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>

Ano	Nome	Filiação	Casamento
1764	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1765	Antónia Joaquina Rosa Sousa e Brito	ourives	<i>idem</i>
1766	D. Antónia Bárbara Benedita de Queirós	licenciado	mercador / escrivão
1767	D. Maria Isabel Bray	homem de negócio	fidalgo
1768	D. Helena Josefa Pinto Pereira	capitão- -mor	advogado / procurador
1769	Felícia Joaquina Angélica da Silva e Moura	escrivão	desembargador
1770	Cecília Micaela da Costa Pereira	sapateiro / almotacé	advogado / síndico
1771	D. Antónia Josefa da Conceição e Sousa	licenciado	capitão
1772	D. Norberta Josefa do Martírio	-	lente
1773	D. Mariana Antónia de Sá Pereira e Meneses	fidalgo	fidalgo
1774	<i>idem</i>	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1775	D. Leonor Josefa Gertrudes Gama Brito	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1776	D. Brites Madalena de Quadros e Meneses	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1777	D. Joaquina Maria X. L. de Macedo Velasques Oliveira e Brito	<i>idem</i>	<i>idem</i>
1778	-	-	-
1779	-	-	-
1780	-	-	-
1781	-	-	-
1782	D. Isabel Maria de Sá Pessoa Figueiredo e Cunha	fidalgo	-
1783	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1784	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-
1785	D. Bárbara Maria Antónia Xavier Carvalho e Sousa	lente	lente
1786	-	-	-
1787	-	-	-
1788	-	-	-
1789	D. Isabel Maria de Sá Pessoa Figueiredo e Cunha	fidalgo	-
1790	<i>idem</i>	<i>idem</i>	-

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes manuscritas

ADV (Arquivo Distrital de Viseu)

Registos Paroquiais. Freguesia Ocidental de Viseu. Livro misto, 1706-1725.

AHMC (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra)

Foros da Câmara, 1807.

Juradias. 1739-1791, fls. 38v-61.

Tombo da Câmara de 1768.

ANTT (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo)

Arquivo Valle e Sousa de Meneses, cx. 2, n.º 90.

Desembargo do Paço. Leitura de bacharéis. Letra M, mç. 28, n.º 21.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 2, n.º 5.

Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo. Letra A, mç. 18, n.º 6.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Aires, mç. 1, doc. 11.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. António, mç. 15, doc. 516.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. António, mç. 76, doc. 1469.

Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações. Brás, mç. 3, doc. 45.

AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra)

Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Diligências de genere, vita et moribus que se fazem a favor de Dona Gertrudes Teresa Maria de Castelo Branco).

Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Tombo das casas da cidade, 1745.

Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Documentação, cx. VII, 4.

Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Foros de 1762.

Cabido e Mitra da Sé de Coimbra. Processos para dignidades, benefícios e cargos, mç. 8.

Instrumento de aforamento de 6.5.1751, mç. 12.

Livros notariais. Coimbra. Tabelião António Lopes da Cruz Freire, 29 de Novembro de 1756 a 4 de Fevereiro de 1758.

Livros notariais. Coimbra. Tabelião António Lopes da Cruz Freire, 21 de Março de 1759 a 2 de Março de 1760.

Livros notariais. Coimbra. Tabelião Manuel Francisco dos Santos, 18 de Julho de 1775 a 26 de Agosto de 1778.

Mapas da População, 1801. Freguesia de São Pedro.

Registos Paroquiais. Botão. Batismos, 1560-1760.

Registos Paroquiais. Botão. Livro misto, 1551-1749.

Registos Paroquiais. Coimbra. Batismos. Casamentos. Óbitos. Almedina, S. Salvador, S. Cristóvão, S. Pedro, Sé, S. Tiago, S. Bartolomeu, Santa Justa, Santa Cruz (séculos XVII e XVIII).

Registos Paroquiais. Condeixa-a-Nova. Batismos, 1747-1802.

Registos Paroquiais. Mogofores. Livro misto, 1600-1729.

Registos Paroquiais. São Tiago de Eiras. Livro misto, 1639-1788.

2. Fontes impressas

ABREU, Brás Luís de. *Portugal Medico ou Monarchia Medico-Lusitana, Historica, Practica, Symbolica, Ethica e Politica*. Coimbra: Oficina de Joam Antunes, 1726.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Olho de Vidro: romance historico*. Lisboa: Livraria de Campos Junior, 1866.

Constituições Synodaes do Bispado de Coimbra ... anno 1591. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Anno 1731.

3. Referências bibliográficas

ALARCÃO, Jorge de. *Casas e famílias antigas do Espinhal*. Espinhal: Junta de Freguesia do Espinhal, 2015.

ANACLETO, Regina, e Nelson Correia BORGES, coords. *António Nogueira Gonçalves: Colaboração em publicações periódicas*, 2 vols. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2019.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. «As Ordens Terceiras do Noroeste português na Idade Moderna e os seus irmãos nos estatutos setecentistas: processos de admissão e benefícios materiais e espirituais». In *As Ordens Terceiras no mundo ibérico da Idade Moderna*,

- coordenado por Maria Marta Lobo de Araújo, 262-307. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2019.
- BARRICO, Joaquim Simões. *Noticia historica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo*. Coimbra: Typographia de J. J. Reis Leitão, 1895.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Vol. 3. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.
- CAMPOS, Aires de. *Indices e summarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*. 2.^a parte, fasc. 2. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.
- CARVALHO, Joaquim Martins de. *Apontamentos para a Historia Contemporanea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.
- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. *Ourives de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- CASTILHO, Liliana. *A cidade de Viseu nos séculos XVII e XVIII: Arquitectura e urbanismo*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos. *Condeixa-a-Nova*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1941.
- CORREIA, Vergílio, e António Nogueira GONÇALVES. *Inventário Artístico de Portugal*. Vol. 2. *Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- COSTA, Paula Cristina. *Os Terceiros Carmelitas da cidade do Porto (1736-1786)*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho, 1999.
- ELIAS, Luís Filipe da Cruz Quaresma. «A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, nº 1 (2010): 261-283.
- ESTEVES, Alexandra. «A composição social da Ordem Terceira de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)». In *Os Franciscanos no Mundo Português*. Vol. 3. *O legado Franciscano*, coordenado por Natália Marinho Ferreira-Alves, 53-74. Porto: Cepese, 2013.
- FARIA, António Machado de. «Famílias nobres: suas origens e suas armas». In *Armorial lusitano: genealogia e heráldica*, dirigido por Afonso Eduardo Martins Zúquete, 21-572. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.
- FONSECA, Fernando Taveira da. *A Universidade de Coimbra (1700-1771): Estudo social e económico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995.
- GARCIA, Maria Antonieta. «O drama de Brás Luís de Abreu: o médico, as malhas da Inquisição e a obra». *Cadernos de Cultura*, nº 20 (novembro de 2006): 6-22.
- GAYO, Felgueiras. *Nobiliario de familias de Portugal*. 28 vols. [Braga]: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, 1938-1941.
- GONÇALVES, José Jorge David de Freitas. «A imprensa em Coimbra no século XVII». Dissertação de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 2010.

- LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.
- LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. 2 vols. Viseu: Palimage, 2000.
- LOPES, Maria Antónia. «Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910: Elites e fontes de poder». *Revista Portuguesa de História* 36, nº 2 (2002-2003): 203-274.
- LOPES, Maria Antónia. «Sebastiana da Luz, mercadora coimbrã setecentista (elementos para a história de *As mulheres e o trabalho*)». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 5 (2005): 133-156.
- LOUREIRO, José Pinto. «Livreiros e livrarias de Coimbra». *Arquivo Coimbrão* 12 (1954): 69-171.
- MACEDO, Jorge de. *A situação económica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Porto: Livraria Portugália, 1951.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana: Historica, critica, e cronologica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Edição revista por Manuel Lopes de Almeida. Vol. 1. Coimbra: Atlântida Editora, 1965.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana: Historica, critica, e cronologica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*. Edição revista por Manuel Lopes de Almeida. Vol. 3. Coimbra: Atlântida Editora, 1966.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. «O dever catequético: A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII». *Revista 7 Mares* 2 (2013): 64-79.
- MARINHO, Maria de Fátima. «A atracção do abismo: (Reflexões sobre o incesto em dois romances de Camilo Castelo Branco)». *Revista da Faculdade de Letras «Linguas e Literaturas»* 11 (1994): 215-227.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo. «El movimiento seglar franciscano en el noroeste gallego durante el antiguo régimen: Las V.O.T. de Ferrol y A Graña». *Sémata, Ciencias Sociais y Humanidades* 15 (2003): 317-339.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo. «Un ejemplo de religiosidad barroca: La V.O.T. franciscana de la ciudad de León». *Estudios Humanísticos. Historia* 3 (2004): 147-176.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo. «Los franciscanos seglares en la Corona de Castilla durante el Antiguo Régimen». *Hispania Sacra* 57 (2005): 441-465.
- MARTÍN GARCÍA, Alfredo. «Espiritualidade franciscana, disciplina e caridade no Portugal da Idade Moderna: Os terceiros de Ponte de Lima». In *Ponte de Lima: Sociedade, economia e instituições*, coordenado por Alexandra Esteves e Maria Marta Lobo de Araújo, 235-253. Braga: CITCEM; Município de Ponte de Lima, 2012.

- MARTÍN GARCÍA, Alfredo. «El modelo de religiosidad femenina de la Tercera Orden Franciscana durante la Edad Moderna». *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Literários* 20, nº2 (2016): 51-68.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. 2.^a ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- MORAES, Juliana de Mello. «Viver em penitência: Os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e S. Paulo (1672-1822)». Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, 2010.
- MORUJÃO, Isabel. «Sinais de fogo: Entre a voz e o silêncio: Literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos». In *Mulher: Espírito e norma. Actas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, coordenado por Maria Alegria Fernandes Marques, 51-66. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos de São Cristóvão de Lafões, 2009.
- MOTA, Guilhermina. «A Igreja, a mulher e o casamento no século XVIII». In *Mulher: Espírito e norma. Actas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*, coordenado por Maria Alegria Fernandes Marques, 103-118. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos de São Cristóvão de Lafões, 2009.
- MOTA, Guilhermina. «Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 10, nº 2 (2010): 353-385.
- MOTA, Guilhermina. «Longos e penosos meses de noivado: Um processo de esponsais na Coimbra do século XVIII». *Revista Portuguesa de História* 44 (2013): 359-388.
- MOTA, Guilhermina. «Os Ministros da Ordem Terceira de S. Francisco de Coimbra no século XVIII: Perfil social, famílias, redes de poder». *Biblos* 1, 3.^a série (2015): 311-343.
- OLIVEIRA, Carla Manuela Baptista da Silva. «A Ordem Terceira de São Francisco na cidade de Guimarães (1850-1910)». Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, 2003.
- PEREIRA, Gaspar Martins. «A Companhia contra os lavradores do Douro. I. A denúncia de António de Mesquita e Moura, juiz da Devassa de 1771-1775». *Douro – Estudos & Documentos* 4, 7 (1999): 137-152.
- PÉREZ ALVAREZ, María José. «Mujer, caridad y religiosidad barroca en el norte portugués: La Tercera Orden Franciscana de Ponte de Lima». In *Ponte de Lima: Sociedade, economia e instituições*, coordenado por Alexandra Esteves e Maria Marta Lobo de Araújo, 255-274. Braga: CITCEM; Município de Ponte de Lima, 2012.
- PINTO, Albano da Silveira, e Visconde de SANCHEZ DE BAENA. *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*. 2 vols., 2.^a ed. Lisboa: Empreza Editorial Francisco Arthur da Silva, 1991.
- PORTELA, Miguel. «Renúncia dos serviços do Bispo de Angola Dom Luís Simões Brandão a favor do juiz de fora da vila de Coruche Francisco Xavier Mendes (1737)». *Fragmenta Historica* 7 (2019): 257-259.

- RAMOS, Júlio de Sousa, e Marcelino R. PEREIRA. *Inventário do Cartório do Colégio de S. Tomás de Aquino de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986.
- REMA, Fr. Henrique Pinto, OFM. *Reflexão sobre a OFS de Coimbra*, 2012. <https://bit.ly/votCoimbra>.
- RIBEIRO, Ana Isabel do Sacramento Sampaio. «Nobrezas e governança: Identidades e perfis sociais (Coimbra, 1777-1820)». 2 vols. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Coimbra, 2012.
- RIBEIRO, Bartolomeu. *Os Terceiros Franciscanos Portugueses: Sete séculos da sua história*. Braga: Tipografia Missões Franciscanas, 1953.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1290-1772*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003.
- SÃO BENTO, Luís de, e António SOARES. *Memorial de ministros: Catálogo alfabético dos ministros de letras*. Estudo e transcrição de Nuno Camarinhas. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2017.
- SILVA, Ana Margarida Dias da. «*Beati mortui qui in Domino moriuntur*: Atitudes perante a morte e locais de sepultura dos irmãos franciscanos seculares da cidade de Coimbra (1707-1785)». *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 16 (2016): 217-242.
- SILVA, Ana Margarida Dias da. [Índice alfabético das irmãs terceiras franciscanas da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra]. <https://bit.ly/irmas-VOT>.
- SILVA, Ana Margarida Dias da. [Índice alfabético dos irmãos terceiros franciscanos da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra]. <https://bit.ly/irmaos-VOT>.
- SILVA, Ana Margarida Dias da. *Inventário do Arquivo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco da Cidade de Coimbra (1659-2008)*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, 2013. doi: 10.34632/9789728361525.
- SILVA, Armando Carneiro da. *O catálogo dos provedores e escrivães da Misericórdia*. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.
- SILVA, Manuel de Souza da. *Nobiliário das gerações de Entre-Douro-e-Minho*. 2 vols. Ponte de Lima: Edições Carvalhos de Basto, 2000.
- SOARES, Sérgio Cunha. «Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)». *Revista Portuguesa de História* 26 (1991): 45-80.

- SOARES, Sérgio Cunha. *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*. Vol. 1, *Geografia do poder municipal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2001.
- SOARES, Sérgio Cunha. *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: Poder e poderosos na Idade Moderna*. Vol. 2, *Sociologia do poder municipal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002.
- SOUSA, Fernando de, Joana DIAS, e Francisco VIEIRA. «Uma devassa terrível ao Alto Douro (1771-1775)». *Revista População e Sociedade* 9 (2002):151-276.
- SOUZA, Laura de Mello e. «A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII». In *História da vida privada em Portugal: A Idade Moderna*, coordenado por Nuno Gonçalo Monteiro, 300-332. Lisboa: Temas & Debates, Círculo de Leitores, 2010.
- TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castello Branco e. *Diccionario aristocratico contendo os alvarás dos foros de fidalgos da Casa Real que se achão registados nos Livros de Mercês hoje pertencentes ao Archivo da Torre do Tombo*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1840.
- VASCONCELOS, António de. *Escritos vários*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, [D. I. 1987].
- XAVIER, Ângela Barreto, e Pedro CARDIM. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, dir. *Nobreza de Portugal: Bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 3 vols. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960-1961.